EB70-MC-10.243



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Manual de Campanha

DIVISÃO DE EXÉRCITO

3ª Edição
2020

EB70-MC-10.243



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Manual de Campanha

DIVISÃO DE EXÉRCITO

3ª Edição
2020

PORTARIA Nº 052-COTER, DE 29 DE ABRIL DE 2020

Aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.243 Divisão de Exército, 3ª Edição, 2020, e dá outras providências.

O **COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 16 das INSTRUÇÕES GERAIS PARA O SISTEMA DE DOUTRINA MILITAR TERRESTRE – SIDOMT (EB10-IG-01.005), 5ª Edição, aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.550, de 8 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Campanha EB70-MC-10.243 Divisão de Exército, 3ª Edição, 2020, que com esta baixa.

Art. 2º Revogar o Manual de Campanha C 61-100 A Divisão de Exército, 2ª Edição, 1989, aprovado pela Portaria Nº 124-EME, de 18 de dezembro de 1989.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex JOSÉ LUIZ DIAS FREITAS
Comandante de Operações Terrestres

(Publicado no Boletim do Exército nº 19, de 08 de maio de 2020)

As sugestões para o aperfeiçoamento desta publicação, relacionadas aos conceitos e/ou à forma, devem ser remetidas para o *e-mail* portal.cdoutex@coter.eb.mil.br ou registradas no *site* do Centro de Doutrina do Exército http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/fale-conosco

A tabela a seguir apresenta uma forma de relatar as sugestões dos leitores.

Manual	Item	Redação Atual	Redação Sugerida	Observação/Comentário

FOLHA REGISTRO DE MODIFICAÇÕES (FRM)

NÚMERO DE ORDEM	ATO DE APROVAÇÃO	PÁGINAS AFETADAS	DATA

ÍNDICE DE ASSUNTOS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 FINALIDADE

1.1.1 Este Manual de Campanha (MC) apresenta a concepção da Divisão de Exército (DE) no contexto das operações conjuntas e singulares, bem como os conceitos a ele relacionados.

1.1.2 Destina-se, ainda, a orientar sobre a organização e o emprego de um Grande Comando Operativo integrado por elementos de combate, apoio ao combate e apoio logístico.

1.2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.2.1 Os conflitos atuais tendem a ser complexos, não declarados e de duração imprevisível. As ameaças, concretas ou potenciais, são fluidas e difusas. Essas considerações exigem que o preparo das Forças Armadas (FA) seja baseado em capacidades conjuntas, por meio de ações de forças navais, terrestres e aéreas. As forças singulares agregam capacidades específicas às operações desencadeadas no amplo espectro dos conflitos, propiciando ao conjunto um poder de combate maior do que a soma do poder de combate de suas partes, caso atuassem sem o necessário comando unificado.

1.2.2 Na maioria das vezes, as operações conjuntas exigem das forças singulares a adoção de estruturas flexíveis, adaptáveis, modulares, elásticas e sustentáveis (acrônimo - FAMES), que rapidamente possam ser integradas às demais forças. Embora elementos do Exército Brasileiro (EB) possam ser adjudicados a outras forças componentes, a maioria dos meios terrestres em um determinado Teatro de Operações (TO), naturalmente, subordina-se ao escalão da Força Terrestre (F Ter) designado como Força Terrestre Componente (FTC), normalmente um Corpo de Exército (C Ex). Seu propósito é atingir os objetivos impostos pelo comando (Cmdo) conjunto, sem, entretanto, negligenciar a Doutrina Militar Terrestre (DMT).

1.2.3 Embora o Conceito Operativo do Exército contemple, preponderantemente, o ambiente conjunto e interagências, podem ocorrer situações onde o emprego da F Ter seja singular. Nesse caso, constitui-se uma Força Operativa Singular, que será o maior escalão em presença, responsável pelo planejamento e pela condução das operações eminentemente terrestres.

1.2.4 Enquadrada em um C Ex, constituindo-se em um escalão designado como FTC ou em uma Força Operativa Singular, a DE enquadrará duas ou mais Grandes Unidades (GU) e Unidades (U), que serão estruturadas com base em elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, necessários ao cumprimento da missão, destacando-se, dessa forma, as características da modularidade e da elasticidade.

1.2.5 Este manual adapta a estrutura da DE aos conceitos presentes na doutrina de operações conjuntas e na DMT, estabelecendo os princípios que orientam o planejamento de emprego dos elementos da F Ter nas operações conjuntas e singulares. Apresenta, dessa forma, a concepção doutrinária da DE enquadrada em um Escalão Superior (Esc Sp), constituindo-se em uma Força Operativa Singular ou sendo um escalão designado como FTC.

1.3 DEFINIÇÕES BÁSICAS

1.3.1 Os termos Grande Comando Operativo, DE e Divisão serão usados indistintamente neste manual, tendo, portanto, o mesmo significado.

1.3.2 As abreviaturas, siglas, definições e os termos utilizados, não previstos nos manuais específicos ou considerados importantes para uma melhor leitura, estão consolidados no Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01, 5ª Edição, 2015.

CAPÍTULO II

A DIVISÃO DE EXÉRCITO

2.1 CONCEITO

2.1.1 A DE, Grande Comando Operativo da F Ter, é uma estrutura ativada e organizada para fins de emprego em operações. É integrada por um número variável de elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, requeridos para o cumprimento de suas missões.

2.1.2 A DE é o menor escalão da F Ter capaz de combinar atitudes, executando dois ou três tipos de operações básicas, simultaneamente.

2.2 MISSÃO

2.2.1 A DE tem por missão precípua empregar seus meios de forma integrada, coordenada e sincronizada, a fim de alcançar objetivos táticos, eventualmente operacionais, em proveito da manobra, colaborando com o escalão enquadrante, na conquista de seus objetivos.

2.2.2 Eventualmente, a DE poderá ser o escalão designado como FTC. Nesse caso, sua missão será traduzir os objetivos operacionais, definidos no escopo da campanha conjunta, em ações no nível tático.

2.2.3 Quando necessário, a DE também poderá ser empregada como Força Singular. Nesse caso, a DE torna-se diretamente responsável pela consecução de seus objetivos.

2.3 ENQUADRAMENTO DA DIVISÃO DE EXÉRCITO

2.3.1 A DE subordina-se a um C Ex (Fig 2-1), que, no escopo das Operações Conjuntas, será designado pelo Comando do Exército como FTC.

2.3.2 No caso de a DE ser o maior escalão da F Ter em presença, será designada como FTC e estará diretamente subordinada ao Comando Conjunto.

2.3.3 Em uma eventual operação singular, na qual a DE desempenhe o papel de Força Operativa Singular, a Divisão será o maior escalão em presença.

2.3.4 A DE poderá, ainda, ser empregada como Força Expedicionária, subordinada ou não a um comando de Força Multinacional.

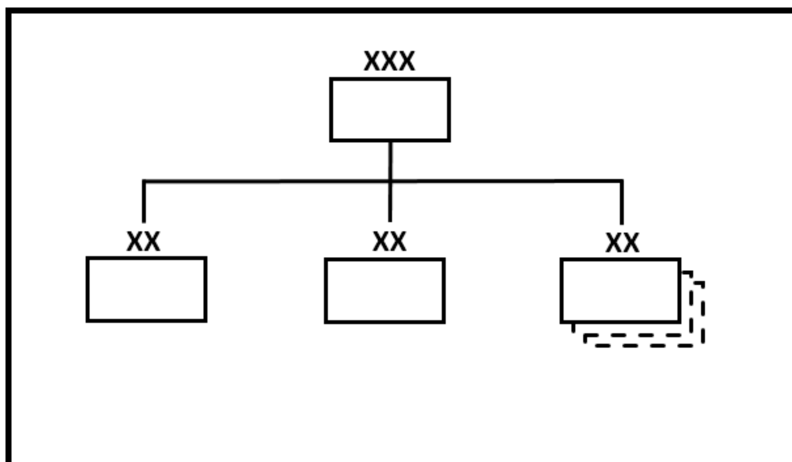


Fig 2-1 – DE enquadrada em um C Ex

2.4 ORGANIZAÇÃO

2.4.1 A DE não possui uma organização fixa e rígida, devendo ser estruturada para atender às demandas do planejamento operacional ao qual estiver subordinada. A geração de seu poder de combate levará em consideração as capacidades requeridas no planejamento operacional e tático e as disponibilidades de meios do Exército, podendo, ainda, receber meios alocados de um comando conjunto, conforme as circunstâncias. Caso, no decorrer dos planejamentos ou das operações, identifique-se a necessidade de integração de outras capacidades operativas, estas poderão ser agregadas à sua organização.

2.4.2 O comando da DE deve ser capaz de exercer o comando e controle sobre todos os elementos subordinados e alocados.

2.4.3 A estruturação da DE poderá ser efetivada, conforme o exemplo de estrutura a seguir apresentada.

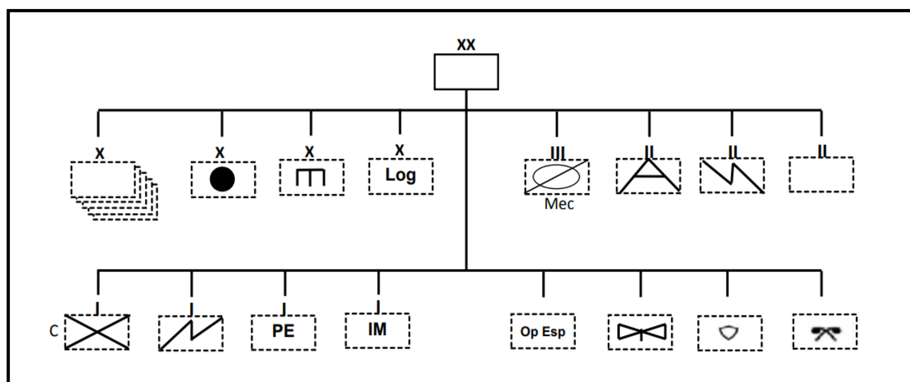


Fig 2-2 – Exemplo de organização de uma DE

2.4.4 A Fig 2-2 apresenta o exemplo de organograma de uma DE subordinada a um C Ex, em operação no amplo espectro, realizando operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências.

2.4.5 No exemplo acima, foram alocados elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, de acordo com as tarefas necessárias para o cumprimento da missão. Os meios de Aviação do Exército (Av Ex), Inteligência Militar (IM), Operações Especiais (Op Esp), Operações Psicológicas (Op Psc), Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN), Assuntos Civis (As Civ), Polícia do Exército (PE) e Cibernética (Ciber) podem ser alocados à DE pelo escalão enquadrante.

2.4.6 Em situações específicas, a DE poderá receber elementos de agências civis, a fim de coordenar e cooperar com os objetivos da Divisão, podendo mantê-los diretamente ligados à DE ou alocá-los aos comandos subordinados, considerados os fatores da decisão e os fatores operacionais.

2.4.7 A determinação dos tipos e do número de brigadas a serem atribuídas a uma DE depende, fundamentalmente, da missão que lhe for imposta e do ambiente operacional. Suas possibilidades e limitações dependem, portanto, de sua composição ou, mais precisamente, dos tipos de brigadas e dos demais elementos que a integram.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR DA DIVISÃO DE EXÉRCITO

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1.1 Alinhando-se às características do acrônimo FAMES, inerentes à DE, o seu Estado-Maior (EM) deve reunir as capacidades de planejamento e de coordenação necessárias à condução das operações desencadeadas no amplo espectro dos conflitos, característica do espaço de batalha contemporâneo.

3.1.2 O EM deverá ser organizado em função das características e demandas da operação para a qual foi ativada esta organização operativa, cabendo sua coordenação, controle e supervisão ao Chefe do Estado-Maior (Ch EM).

3.2 ESTRUTURA DO ESTADO-MAIOR

3.2.1 A composição e estruturação do EM são de responsabilidade do comandante (Cmt) da Divisão, que estabelece a estrutura que julgar mais adequada, em consonância com o planejamento militar operacional e baseado na missão recebida, após analisados os fatores operacionais e os fatores da decisão. A composição do EM do Grande Comando Operativo deve ter como referência a estrutura homóloga do seu escalão enquadrante.

3.2.2 O EM será composto pelo Ch EM e, em princípio, pelas seguintes seções, conforme a Fig 3-1:
a) E1 (Pessoal);
b) E2 (Inteligência);
c) E3 (Operações);
d) E4 (Logística);
e) E5 (Planejamento);
f) E6 (Comando e Controle);
g) E7 (Comunicação Social);
h) E8 (Operações de Informação);
i) E9 (Assuntos Civis);
j) E10 (Administração Financeira); e
k) Seção de Doutrina e Lições Aprendidas.

3.2.3 Outras seções poderão ser criadas em função da necessidade e da complexidade da missão. Da mesma forma, de acordo com a situação, poderá ser reduzido o número de seções.

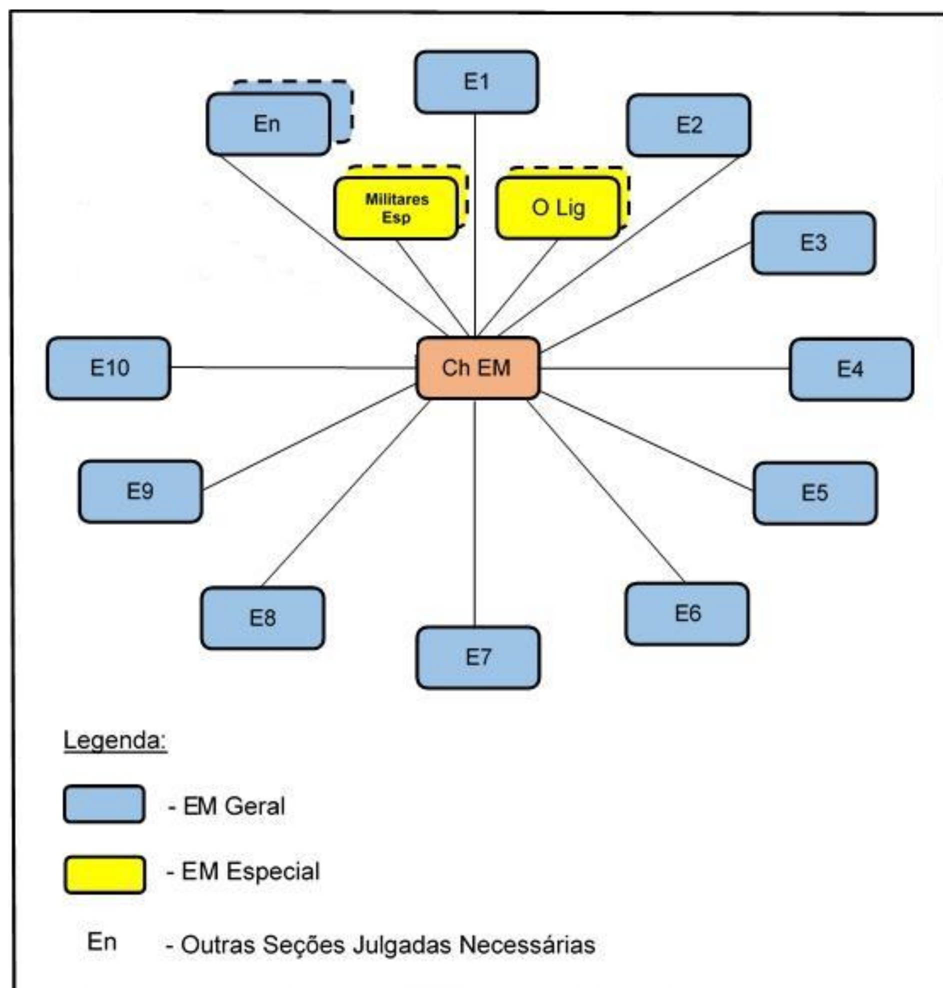


Fig 3-1 – Exemplo de organização de um EM de Grande Comando Operativo

3.2.4 O EM poderá receber oficiais e equipes de ligação, de capacidades operativas específicas, quando a DE dispuser e/ou necessitar desses meios.

3.2.5 Militares especialistas também poderão compor o EM, a fim de atender às competências e capacidades necessárias para cada missão recebida, conforme se segue: oficial de dissimulação, oficial de segurança das operações, oficial de recuperação de pessoal, oficial de prevenção de acidentes, assessor jurídico, elemento de coordenação do espaço aéreo, meteorologista, elemento/oficial de geoinformação, intérprete, dentre outros.

3.3 ORGANIZAÇÃO BÁSICA

3.3.1 Os EM podem incluir um ou mais de um dos seguintes grupos em sua organização: EM Geral, EM Especial e EM Pessoal, contando com um Ch EM para controle, coordenação e supervisão.

3.3.1.1 Estado-Maior Geral – assessora o Cmt, coordenando planos, funções e operações dos elementos integrantes da organização. Também coordena as atividades, visando a assegurar o mais eficiente emprego da força como um todo. É organizado em seções que, geralmente, correspondem aos campos de atividades. Compõe-se dos chefes de seções e seus oficiais adjuntos, que são chamados oficiais do EM Geral.

3.3.1.2 Estado-Maior Especial – assessora o Cmt nos setores profissional e técnico e em outras áreas funcionais mais restritas do que as do EM Geral. É organizado em seções, geralmente dos setores profissionais e técnicos e de outras áreas funcionais especiais da organização. Compõe-se dos chefes de seção e dos seus oficiais adjuntos, que são chamados oficiais do EM Especial.

3.3.1.3 Estado-Maior Pessoal – assessora o Cmt em assuntos de natureza pessoal ou em áreas funcionais específicas. São oficiais escolhidos pelo Cmt para servirem como auxiliares ou exercerem aquelas atividades que ele deseja coordenar e administrar diretamente, sem interferência do Ch EM. Eles assessoram diretamente o Cmt e podem acumular funções no EM Geral ou Especial.

3.3.2 Os pormenores sobre as funções e a organização das diversas seções do EM e das células funcionais seguem o preconizado pelas publicações Força Terrestre Componente – EB70-MC-10.225, 1ª Edição, 2019; Corpo de Exército – EB70-MC-10.244, 1ª Edição, 2020; e Estado-Maior e Ordens – C-101-5, 2ª Edição, 2003.

3.3.3 CENTRO DE OPERAÇÕES TÁTICAS (COT)

3.3.3.1 Na DE, poderá ser estabelecido um COT, com a finalidade de acelerar a capacidade de reação do EM para as operações em curso. Tal Centro não está previsto no Quadro de Organização (QO) da Divisão e traduz-se em uma instalação do Posto de Comando (PC), que reúne o mínimo de representantes das seções do EM, necessário à condução das operações em curso.

3.3.3.2 O Ch EM será o responsável pela coordenação da atividade do COT com a atividade dos EM Geral e Especial. O E3 será o supervisor do COT.

3.3.3.3 O COT/DE poderá ser constituído por equipes oriundas de estruturas das Capacidades específicas, como Elemento de Coordenação de Apoio de

Fogo (ECAF), Elemento de Defesa Antiaérea (ED A Ae), Elemento de Guerra Química, Biológica e Radiológica (EGQBR), Elemento de Engenharia (EE), Elemento de Comunicações e Eletrônica (E Com Elt), dentre outros.

3.3.3.4 O MC Estado-Maior e Ordens pormenoriza o tema em seus volumes 1 e 2.

CAPÍTULO IV

COMPOSIÇÃO E EMPREGO DOS MEIOS DA DIVISÃO DE EXÉRCITO

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1.1 Os meios que compõem a DE, caso não seja designada como FTC, são determinados pelo C Ex. Uma cuidadosa análise da missão atribuída à DE indica as tarefas a serem executadas em cada uma das funções de combate e, consequentemente, as capacidades requeridas para a operação.

4.1.2 A composição da DE será resultado de um cuidadoso levantamento das capacidades requeridas para a operação, de forma a verificar se os meios previamente existentes, assim como os complementares recebidos na alocação de meios pelo escalão enquadrante, possuem as capacidades necessárias.

4.1.3 A estruturação dos meios é uma das etapas mais importantes do planejamento inicial, uma vez que determina a organização do poder de combate com o qual o Grande Comando Operativo cumprirá a sua missão. Nesse processo, deve-se levar em conta não apenas as tarefas a serem executadas, mas também a necessidade de flexibilidade face às possíveis evoluções da situação.

4.1.4 O EM da Divisão, quando da composição dos meios, realiza uma análise detalhada da missão a ser cumprida, a fim de identificar quais elementos operativos são necessários e como tais elementos devem estar organizados.

4.1.5 O processo de composição dos meios da DE é de importância capital, uma vez que garante o início da operação, de forma organizada, facilitando a obtenção da iniciativa das ações e o cumprimento da missão.

4.1.6 A DE poderá atuar por meio da coordenação, cooperação ou integração de planejamentos e ações com outras agências governamentais e organizações civis não estatais, presentes no interior da área de operações. Para tanto, a DE contará com meios especializados em assuntos civis para o cumprimento de suas missões.

4.1.7 Caso se verifique que os elementos de combate, de apoio ao combate ou de apoio logístico não atendem total ou parcialmente às demandas da operação, devem ser solicitados novos meios ao comando do escalão enquadrante.

4.1.8 As estruturas preexistentes previstas para emprego serão analisadas, a fim de que sejam mantidas ou adaptadas, conforme as necessidades para o cumprimento da missão atribuída à DE. A partir dessas estruturas, devem ser acrescidos os elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico necessários.

4.1.9 Em sua organização, a Divisão deve possuir, além do seu Cmdo e EM, uma companhia de comando (Cia C), que se destina a prover o apoio administrativo ao Cmdo DE, capacitando-o para a condução das operações e para a integração dos demais meios operativos que constituirão a sua estrutura (Fig 2-2).

4.2 ELEMENTOS DE COMBATE

4.2.1 A composição dos meios da DE deverá estar concluída com a integração de todas as forças a ela disponibilizadas, momento em que estará efetivamente pronta para iniciar as operações.

4.2.2 Como foi destacado anteriormente, a DE organiza suas forças para o combate, conforme a necessidade da operação. É integrada, geralmente, por módulos das armas base valor GU, podendo enquadrar ainda U e subunidade (SU) de combate. Pode alocar, também, elementos de combate de emprego específico, não enquadrados pelas GU e por Forças-Tarefa (FT) diretamente subordinadas, a fim de cumprir as ações comuns às operações terrestres.

4.2.3 O Capítulo VI deste manual detalhará o emprego dos elementos de combate subordinados a uma DE.

4.2.4 AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

4.2.4.1 A Av Ex, constituída por aeronaves de asa fixa e rotativa, tem como unidade básica o Batalhão de Aviação do Exército (B Av Ex). Essa unidade é composta por esquadrilhas de emprego geral e de reconhecimento e ataque.

4.2.4.2 Apesar de não haver dosagem básica de emprego da Av Ex em relação aos escalões da F Ter, o normal é que seja designado um B Av Ex para integrar a DE. A Brigada de Aviação de Exército (Bda Av Ex) poderá ser ativada para integrar a DE, quando esta for o maior escalão da F Ter em presença no TO/Área de Operações (A Op).

4.2.4.3 A DE poderá receber um Elemento de Ligação da Aviação do Exército (Elm Lig Av Ex), que é uma equipe designada para integrar o EM da DE, empregando meios aéreos da Av Ex, atuando nas diferentes células funcionais

e sendo responsável por planejar e coordenar o emprego desses meios, em ligação com o E3/DE.

4.2.4.4 A composição dos meios dos escalões da Av Ex levará em conta os fatores da decisão, com ênfase nos meios disponíveis. O elemento Av Ex da DE prestará o assessoramento necessário ao planejamento das operações aeromóveis, que deverá estar condicionado às capacidades da Av Ex e ao ambiente operacional.

4.2.4.5 Em razão do elevado custo, deve-se levar em consideração o judicioso emprego dos meios da Av Ex.

4.2.4.6 Os MC A Aviação do Exército nas Operações – EB70-MC-10.204, 1ª Edição, 2019, e Operações Aeromóveis – EB70-MC-10.218, 1ª Edição, 2017, tratam do emprego da Av Ex com maior riqueza de detalhes.

4.2.5 OPERAÇÕES ESPECIAIS

4.2.5.1 As forças de Op Esp do EB possuem vocação para emprego nos níveis estratégico e operacional. Por esse motivo, quase sempre, estão subordinadas ao maior escalão em presença.

4.2.5.2 Sendo empregada como força operativa singular, a DE deverá contar com elementos de Op Esp em sua composição de meios.

4.2.5.3 Sendo o escalão designado como FTC ou subordinada a um C Ex, a DE poderá receber, temporariamente, elementos de Op Esp, a fim de cumprirem uma determinada missão ou um conjunto de tarefas específicas.

4.2.5.4 Ressalta-se a imprescindibilidade da presença de equipes de ligação de Op Esp junto ao EM divisionário, independentemente de a DE possuir ou não elementos de Op Esp subordinados.

4.2.5.5 Os MC Operações Especiais – EB70-MC-10.212, 3ª Edição, 2017, e O Comando de Operações Especiais – EB70-MC-10.305, 1ª Edição, 2019, tratam do emprego das Op Esp com maior riqueza de detalhes.

4.3 ELEMENTOS DE APOIO AO COMBATE

4.3.1 ARTILHARIA ANTIAÉREA

4.3.1.1 A natureza da ameaça aeroespacial, envolvendo um grande espaço geográfico e um tempo de resposta muito curto, exige uma ação coordenada de todos os meios de defesa. No Território Nacional e no TO/A Op, caso este esteja delimitado dentro do Território Nacional, a Defesa Aeroespacial (D Aepc) está ao encargo do Comando Aeroespacial (COMAE) por intermédio do

Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), sendo dividido em Regiões de Defesa Aeroespacial (RDA). Quando atuando fora do Território Nacional, no todo ou em parte, o Cmt D Aepc, designado para o TO, coordenará e integrará as atividades, por meio do Centro de Operações Aéreas do Teatro (COAT) da Força Aérea Componente (FAC).

4.3.1.2 A defesa antiaérea da DE é estruturada com base nos meios alocados e existentes nos elementos operativos colocados sob sua responsabilidade. O exame de situação detalhado pode indicar a necessidade de meios adicionais de Artilharia Antiaérea (AAAe) à DE.

4.3.1.3 Normalmente, a base para alocação de meios de defesa antiaérea para a DE é de um Grupo de Artilharia Antiaérea (GAAAe), composto por um Cmdo e EM, uma Bateria de Comando (Bia C) e três Bia AAAe.

4.3.1.4 Cabe ao Cmt DE, assessorado pelo Elemento de Defesa Antiaérea (ED A Ae), que é uma equipe específica estruturada no COT/DE, priorizar a utilização dos meios antiaéreos na sua Zona de Ação (Z Aç).

4.3.1.5 A AAAe da DE pode receber dois tipos de missões: antiaérea (principal) ou de superfície (eventual).

4.3.1.6 A missão antiaérea consiste em realizar a defesa AAe da Z Aç, das áreas sensíveis, dos pontos sensíveis e das tropas (estacionadas ou em movimento), contra vetores aeroespaciais hostis, impedindo ou dificultando o seu ataque.

4.3.1.7 A missão de superfície consiste em atuar contra alvos terrestres ou navais, complementando a ação de outros meios de apoio de fogo de tiro tenso.

4.3.1.8 O controle da AAAe é exercido por intermédio do Centro de Operações Antiaéreas (COAAe) do maior escalão da AAAe da força, que pode ser do C Ex ou da própria DE.

4.3.1.9 O Cmt GAAAe é o principal assessor para o emprego dos meios AAe adjudicados à Divisão ou que a reforcem. Tem, também, como encargo, a coordenação de quaisquer meios de defesa AAe adicionais que apoiem a DE.

4.3.1.10 A defesa AAe na DE é proporcionada pelos elementos de AAAe adjudicados à DE e pelo armamento coletivo antiaéreo, orgânico das diversas unidades que a compõem.

4.3.1.11 Normalmente, a AAAe proporciona a defesa local às unidades de combate e de apoio ao combate; à base logística terrestre em apoio à Divisão; e às instalações fixas e móveis na área divisionária. Sua mobilidade e potência de fogo podem ser exploradas em missões de superfície, desde que não seja prejudicada a defesa AAe.

4.3.1.12 Os pormenores sobre técnicas e procedimentos no emprego dos meios antiaéreos são estudados no MC Defesa Antiaérea – EB70-MC.10.231, 1ª Edição, 2017, e em outros manuais específicos da atividade.

4.3.2 ARTILHARIA DE CAMPANHA

4.3.2.1 O fogo é um dos principais e mais flexíveis meios de que dispõe o Cmt DE para intervir no combate.

4.3.2.2 O elemento que enquadra os meios de artilharia de campanha da DE é a Artilharia Divisionária (AD), que é constituída por U e SU de Artilharia. O poder de fogo da AD é aumentado pelo apoio aéreo aproximado, pela artilharia do Esc Sp e pelo fogo naval.

4.3.2.3 O Cmt AD é o Coordenador do Apoio de Fogo (CAF), sendo o responsável, perante o Cmt DE, pelos pormenores da coordenação do apoio de fogo superfície-superfície, pela preparação do Plano de Apoio de Fogo (PAF) e pela supervisão de sua execução.

4.3.2.4 As missões da AD, relativas ao apoio de fogo são:
a) aprofundar o combate e aumentar o apoio de fogo proporcionado pelos grupos orgânicos das Brigadas;
b) realizar fogos de contrabateria, dentro do alcance de seu material, visando a obter a superioridade sobre a artilharia de campanha e os morteiros inimigos; e
c) realizar a busca de alvos, empregando os meios disponíveis no seu escalão.

4.3.2.5 As atribuições da AD, quanto ao apoio de fogo são:
a) aprofundar o combate e ampliar o apoio de fogo proporcionado pelos grupos orgânicos das Brigada;
b) coordenar o apoio de fogo à Divisão;
c) comandar e controlar as unidades de artilharia que integram a artilharia divisionária;
d) empregar sob seu controle operacional as unidades de artilharia, orgânicas das Brigadas em reserva;
e) realizar fogos de contrabateria dentro do alcance de seu material. Quando a Divisão atua independente ou em larga frente, a AD centraliza o planejamento e a execução dos fogos de contrabateria; e
f) participar do sistema de busca de alvos, planejando, coordenando e executando tais atividades no âmbito da AD.

4.3.2.6 A maneira como deve ser organizada a Artilharia de Campanha da DE encontra-se detalhada no MC Artilharia de Campanha nas Operações – EB70-MC-10.224, 1ª Edição, 2019.

4.3.3 COMUNICAÇÕES

4.3.3.1 A missão e a amplitude das operações da DE impedem que o Cmt supervisione pessoalmente todas as tarefas com oportunidade e da forma desejável. A direção das operações, por intermédio de eficaz cadeia de Cmdo e do judicioso emprego de seu EM, poupa-lhe tempo e permite maior eficiência do comando.

4.3.3.2 O sistema de comunicações divisionário deve possuir meios que possibilitem a condução das operações em todas as fases, com elevada flexibilidade, proporcionando ligações eficientes e seguras, de acordo com o levantamento de necessidades, realizado no exame de situação.

4.3.3.3 Dentre os princípios das Comunicações, a rapidez, a confiabilidade, a segurança, a flexibilidade, a amplitude e a integração são os itens que propiciam um sistema de comunicações com maior disponibilidade, integração, confiabilidade e aceitabilidade, possibilitando ao Cmt a necessária consciência situacional. Tais princípios proporcionarão ao Cmt a capacidade de intervir, com oportunidade, na condução das operações.

4.3.3.4 O Batalhão de Comunicações (B Com) é o responsável por instalar, explorar, manter e proteger o sistema de comunicações em apoio a um Grande Comando Operativo.

4.3.3.5 O planejamento e a coordenação das Comunicações deste Grande Comando Operativo são de responsabilidade da Seção de Comunicações (Seç Com), Guerra Eletrônica (GE) e Ciber. O Oficial de Comunicações e Eletrônica (O Com Elt) integra o EM da Divisão, participando de todo o planejamento de EM. Cabe ao Chefe da Seç Com, GE e Ciber planejar, coordenar e supervisionar o emprego das comunicações, GE e Ciber na Divisão.

4.3.3.6 O B Com deve estar em condições de receber módulos suplementares do escalão enquadrante, em apoio às suas tarefas, e de seus elementos subordinados.

4.3.3.7 A amplitude do TO/A Op e a evolução das ações poderão acarretar a necessidade, por parte da DE, do desdobramento de mais de uma área de PC, tornando necessária a adequação do sistema de comunicações para esse fim.

4.3.3.8 Os diversos meios de comunicações da DE têm capacidades diferentes. Tais meios são empregados de forma complementar e que

garantem a independência entre eles. Os meios mais empregados pela Divisão, em cada situação, devem ser os que proporcionam o máximo de confiança, flexibilidade, sigilo e rapidez, com um mínimo de esforço e consumo de material.

4.3.3.9 O MC As Comunicações na Força Terrestre – EB70-MC-10.241, 1ª Edição, 2018, apresenta outros conceitos do emprego da função de combate Comando e Controle.

4.3.4 DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR

4.3.4.1 As ações de DQBRN são, normalmente, planejadas e executadas pelo mais alto escalão em presença.

4.3.4.2 As diretrizes referentes à DQBNR, a cargo da Divisão, são recebidas por intermédio dos canais de comando, sendo o seu uso planejado e executado pelo maior escalão em presença.

4.3.4.3 Elementos especializados em DQBRN podem ser adjudicados e incorporados à estrutura da DE, conforme as necessidades levantadas. Esses elementos podem ser frações (pelotão, companhia ou batalhão) ou assessores especializados.

4.3.4.4 Os meios de DQBRN podem ser organizados, conforme as atividades e tarefas visualizadas no apoio à DE (reconhecimento, identificação, proteção ou descontaminação).

4.3.4.5 O Manual de Campanha Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nas Operações – EB70-MC-10.234, 1ª Edição, 2017, estuda o assunto, trazendo seus pormenores.

4.3.5 ENGENHARIA DE DIVISÃO DE EXÉRCITO

4.3.5.1 A Engenharia de Divisão de Exército (Eng DE) tem como missão principal apoiar as operações desse escalão, por meio das atividades de Apoio de Mobilidade, Contramobilidade e Proteção (Ap MCP) e Apoio Geral de Engenharia (Ap Ge Eng). Essas atividades visam a multiplicar o poder de combate (P Cmb) da DE e destruir, neutralizar ou diminuir o P Cmb do inimigo. A Eng DE também tem atuação na função logística Engenharia, com o propósito de obter e adequar a infraestrutura física e as instalações existentes às necessidades desse Grande Comando.

4.3.5.2 Quando da ativação do TO, será designado um Grupamento de Engenharia (Gpt E) que será encarregado de suprir as necessidades de Ap MCP e Ap Ge Eng à DE. Esse Gpt E será a Eng DE, constituindo, assim, seu

Cmdo, EM, U, SU e módulos especializados. Qualquer outra tropa de Engenharia posta em reforço à Divisão passa, temporariamente, a fazer parte da Eng DE.

4.3.5.3 Dessa forma, a composição dos meios de Eng DE deve atender à característica da modularidade. A partir de uma estrutura mínima, deve ser capaz de agregar, à sua estrutura, novos meios em pessoal e material. Dessa forma, proporcionará flexibilidade com a adequação às especificidades de cada operação.

4.3.5.4 Durante a fase de planejamento das operações, o Cmt Eng DE é também o assessor de engenharia de Divisão e, como tal, faz parte do EM Especial desse escalão. Durante a fase de execução das operações, a presença do Cmt Eng torna-se dificultada, sendo necessário designar um Oficial de Engenharia para substituí-lo em seus afastamentos.

4.3.5.5 O Cmt Eng DE assessora o Cmdo enquadrante nos assuntos de engenharia e planeja, coordena e supervisiona a condução das operações de engenharia de Divisão. Aí estão incluídas as engenharias das Brigadas, bem como outros elementos de engenharia que estejam trabalhando em proveito da DE.

4.3.5.6 A Eng DE deve proporcionar flexibilidade ao Cmt DE, permitindo uma melhor adequação à condução das operações no amplo espectro.

4.3.5.7 A Eng DE apoia a Divisão como um todo, realizando trabalhos técnicos, particularmente na área de retaguarda. Presta o apoio à mobilidade e à contramobilidade de seus elementos de manobra, bem como realiza o apoio à proteção de tropas e instalações e o Ap Ge Eng em toda sua Z Aç.

4.3.5.8 Cabe à Eng DE aumentar, quando necessário, o apoio às Brigadas e outros elementos de combate empregados pela DE. Para tanto, deve possuir as capacidades necessárias à realização do apoio.

4.3.5.9 Os elementos de emprego da engenharia são os pelotões, companhias e batalhões de engenharia, além de subunidades especializadas e módulos especializados.

4.3.5.10 Quando necessário, a engenharia do escalão enquadrante fornece apoio à DE. Nesse caso, o apoio proporcionado pelo Esc Sp é coordenado pela Eng DE. O apoio pode ser prestado das seguintes formas:
a) estabelecendo um Limite Avançado de Trabalho (LAT);
b) realizando trabalhos específicos na Z Aç da DE; ou
c) fornecendo meios adicionais de engenharia em pessoal e material.

4.3.5.11 Para informações adicionais, consultar o MC A Engenharia nas Operações – EB70-MC-10.237, 1ª Edição, 2018, e o Manual A Engenharia de Corpo de Exército e de Divisão de Exército – EB70-MC-10.245, 1ª Edição, 2020.

4.3.6 GUERRA CIBERNÉTICA

4.3.6.1 Durante a fase de planejamento das operações, o Cmt e seu EM identificam todas as atividades a cumprir no espaço cibernético, selecionam as tarefas mais adequadas a serem conduzidas e iniciam o detalhamento de como conduzir as ações cibernéticas necessárias ao cumprimento da missão.

4.3.6.2 O pelotão de Guerra Cibernética (G Ciber) de uma Cia GE é o responsável pelas atividades de G Ciber no âmbito da DE. As atividades de G Ciber são a exploração cibernética em proveito da DE e a proteção cibernética de seus meios. Essas atividades têm por finalidade colaborar com as ações voltadas a interromper, negar o uso, degradar, corromper ou destruir sistemas computacionais; obter informações sobre conteúdo e/ou vulnerabilidades nos sistemas de informação de interesse, preferencialmente sem ser rastreado; e neutralizar o ataque e a exploração cibernética do oponente.

4.3.6.3 O Manual Guerra Cibernética – EB70-MC-10.232, 1ª Edição, 2017, apresenta os conceitos do emprego da G Ciber nas operações.

4.3.7 GUERRA ELETRÔNICA

4.3.7.1 Os meios de GE da DE têm como objetivo assegurar a capacidade de emprego eficiente das emissões eletromagnéticas próprias e impedir, dificultar ou tirar proveito das emissões do oponente.

4.3.7.2 A objetividade, a ampla utilização dos meios, a flexibilidade, a mobilidade e o emprego centralizado são alguns dos princípios da GE que irão colaborar com a DE na manutenção da consciência situacional e na iniciativa em todas as fases da operação.

4.3.7.3 Para o planejamento de GE deve-se levar em consideração:
a) a missão do escalão apoiado;
b) as possibilidades do oponente, particularmente referentes à GE;
c) o nível de adestramento do pessoal; e
d) as condições de operacionalidade do material.

4.3.7.4 A unidade de emprego de GE de um Grande Comando Operativo é a Companhia de Guerra Eletrônica (Cia GE), devendo estar em condições de receber apoio suplementar do Esc Sp.

4.3.7.5 A Cia GE executa o planejamento operacional e a coordenação das atividades de GE, inclusive para as operações futuras, em proveito da DE e das GU/U enquadradas, que necessitarem de apoio.

4.3.7.6 Os elementos de GE devem possuir o máximo de mobilidade com seus meios orgânicos e velocidade de deslocamento no mínimo igual à do elemento apoiado.

4.3.7.7 O MC A Guerra Eletrônica na Força Terrestre – EB70-MC-10.201, 1ª Edição, 2019, apresenta os conceitos do emprego da GE nas operações.

4.3.8 INTELIGÊNCIA

4.3.8.1 A complexidade do ambiente operacional e as características das operações no amplo espectro geram grande demanda de conhecimentos e produtos de Inteligência para apoiar a consciência situacional e o processo decisório do Cmt do Grande Comando Operativo. O planejamento, o controle e a coordenação das atividades e tarefas da função de combate Inteligência são responsabilidade da célula de Inteligência, que mantém ligação direta com o E2 do escalão enquadrante, por canal de comando e técnico, assegurando a integração com toda a estrutura de Inteligência disponível.

4.3.8.2 A célula de Inteligência da DE deve incorporar pessoal e meios que possibilitem a máxima integração e o adequado processamento dos dados provenientes das diversas fontes, com o foco no processo operativo, no ambiente operacional, no espaço de batalha e na busca da consciência situacional do Cmt, baseados, entre outros, nos conhecimentos de Inteligência disponíveis sobre as forças oponentes ou adversárias, o terreno, as condições meteorológicas e as considerações civis.

4.3.8.3 A forma como deverá ser organizada a Inteligência da DE encontra-se detalhada no MC Planejamento e Emprego da Inteligência Militar – EB70-MC-10.307, 1ª Edição, 2016.

4.3.9 OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

4.3.9.1 O sucesso das Op Psc depende de um planejamento bem estruturado e da coerência das campanhas a serem desenvolvidas, exigindo a centralização no mais alto escalão. A execução poderá admitir algum grau de descentralização, porém, sob efetivo controle do planejador.

4.3.9.2 O planejamento de campanha das Op Psc se dá no nível operacional. Portanto, a DE não planeja, apenas executa o Plano de Campanha de Operações Psicológicas, aprovado pelo comando conjunto, exceção feita

quando a DE é a própria FTC, ou desempenha o papel de força operativa singular.

4.3.9.3 A dotação da DE em termos de meios de Op Psc é orientada pelo Processo de Planejamento Conjunto, que proporcionará a consciência situacional necessária para avaliar as necessidades de emprego de Op Psc.

4.3.9.4 A DE, seja enquadrada em um Esc Sp, seja constituindo-se no maior escalão terrestre em presença, poderá receber desde um Oficial de Ligação (O Lig) até um Batalhão de Operações Psicológicas (B Op Psc) com constituição variada.

4.3.9.5 Os elementos táticos de Op Psc poderão ser distribuídos, de acordo com análise fundamentada no Levantamento de Área de Operações Psicológicas, levando-se em consideração os aspectos psicossociais da missão, podendo ou não coincidir com a Z Aç principal da manobra militar.

4.3.9.6 O MC Operações Psicológicas – EB70-MC-10.230, 1ª Edição, 2017, estuda o assunto, trazendo seus pormenores.

4.3.10 ASSUNTOS CIVIS

4.3.10.1 A Seção de As Civ planeja e coordena atividades que visam a fortalecer o relacionamento entre as forças militares, autoridades civis e a população da área sob a responsabilidade da autoridade militar.

4.3.10.2 As atividades de As Civ exigem o envolvimento de elementos especializados nos assuntos de governo, nas atividades econômicas e na ação comunitária, de serviços públicos e especiais, em áreas que, normalmente, são de responsabilidade do governo civil.

4.3.10.3 O comando divisionário é diretamente responsável pela proteção de civis e proteção do patrimônio cultural no interior de sua Z Aç.

4.3.10.4 Portanto, o Cmdo DE deve dedicar especial atenção às atividades de As Civ em todas as fases da campanha, sobretudo, quando predominarem os combates de maior envergadura. Nesse momento, a governança civil, no interior da área conflagrada, em tese, ficará severamente comprometida, agravando os riscos à população local.

4.3.10.5 Para levar a cabo as atividades de As Civ, a DE empregará sua Companhia de Assuntos Civis (Cia As Civ), de forma integrada e coordenada com elementos de Engenharia de Construção, Logística (saúde, suprimento e transporte), Operações Psicológicas, Polícia do Exército, Inteligência,

Organizações Civis, dentre outros. O comando divisionário deverá contar, em seu EM especial, sempre que necessário, com a presença de especialistas civis e militares.

4.3.10.6 A DE, se designada como FTC, é a responsável por planejar e executar atividades de assuntos de governo e de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), de acordo com o planejamento do comando conjunto.

4.3.10.7 Organização

4.3.10.7.1 Normalmente, a DE possui em sua organização uma Cia As Civ, com estrutura flexível, capaz de oferecer um atendimento eficiente, oportuno e adequado, face às exigências da missão. Normalmente, possui equipe(s) de especialistas com a finalidade de normatizar as relações entre a força militar e as autoridades/população, no que se refere à administração local, considerando as atividades governamentais, econômicas, de serviços públicos e especiais.

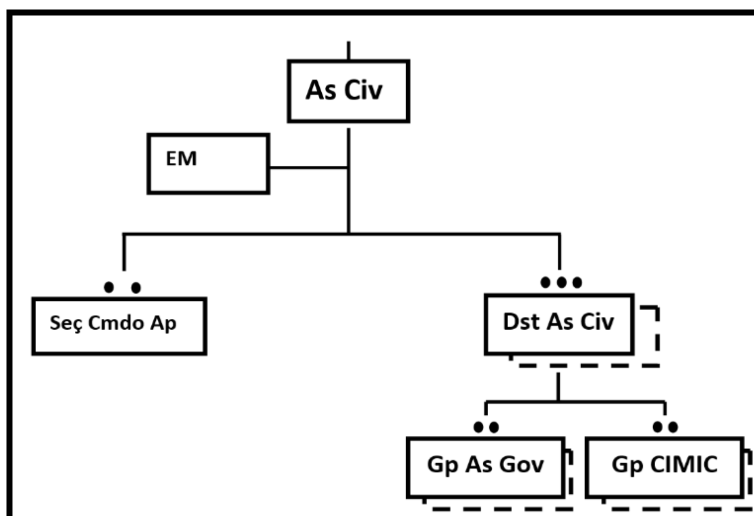


Fig 4-1 – Exemplo de organização de uma Cia As Civ

4.4 ELEMENTOS DE APOIO LOGÍSTICO

4.4.1 A estrutura logística, destinada ao apoio da DE, deve ser organizada conforme a necessidade específica da operação a ser conduzida. Para tal, receberá os meios logísticos necessários, adjudicados por ocasião da composição dos meios que mobiliarão o TO/A Op.

4.4.2 Como a DE não possui uma tropa de logística orgânica, quando da ativação do TO, será designado um Grupamento Logístico (Gpt Log), que se encarregará de suprir as necessidades da Divisão.

4.4.3 A composição dos meios logísticos da DE deverá atender à característica da modularidade. A partir de uma estrutura mínima, deve ser capaz de agregar novos meios em pessoal e material, proporcionando a flexibilidade necessária para o cumprimento de suas tarefas no amplo espectro das operações.

4.4.4 O Gpt Log é o Grande Comando Logístico organizado, desde o tempo de paz, cuja missão é planejar, coordenar, controlar e fazer executar as funções logísticas dentro dos níveis tático e/ou operacional.

4.4.5 Em princípio, a dosagem é de 1 (um) Gpt Log para cada DE, com capacidade de desdobrar 1 (uma) Base Logística Terrestre (BLT) e Destacamentos Logísticos (Dst Log), que variam em quantidade, de acordo com os meios existentes e/ou alocados.

4.4.6 De acordo com o Estudo de Situação Logístico realizado, o apoio logístico às GU e U de combate e de apoio ao combate diretamente subordinadas ao Cmdo DE será prestado pelas Organizações Militares (OM) Logísticas funcionais do Gpt Log, das seguintes formas:
a) pela própria BLT, desdobrada pelo Gpt Log;
b) por 1 (um) Dst Log desdobrado especificamente para esse fim;
c) pela Base Logística de Brigada (BLB) mais próxima ao elemento a ser apoiado, sendo, caso necessário, reforçada por módulos logísticos da BLT ou do Esc Sp; e
d) pela combinação das situações anteriores.

4.4.7 Quando a DE for o escalão designado como FTC, o Gpt Log, e, consequentemente, a BLT desdobrada por ele, constituir-se-á no maior escalão logístico presente no TO/AO, podendo desdobrar seus meios na Base Logística Conjunta (Ba Log Cj), no caso de operações conjuntas.

4.4.8 Quando a DE integrar um C Ex, o Gpt Log, desdobrado na BLT da Divisão, será elo na cadeia de apoio de logístico, apoiado pela Ba Log Cj.

4.4.9 BASE LOGÍSTICA TERRESTRE

4.4.9.1 Denomina-se BLT a área geográfica onde se desdobra a maioria dos elementos integrantes do Gpt Log, ou sob seu controle operacional.

4.4.9.2 Essa região localiza-se, normalmente, na área de retaguarda da DE. Em algumas situações pode ser desdobrada fora dessa área, particularmente:
a) nos movimentos retrógrados, aproveitamento do êxito ou marcha para o combate; e
b) quando o terreno ou a segurança o indicarem.

4.4.9.3 A missão precípua da BLT é servir de ponto intermediário entre a estrutura logística operacional e tática, executando as atividades atinentes às funções logísticas na Fase Operativa (F Op), conforme o nível de serviço determinado.

4.4.9.4 Dependendo da análise de logística e da gestão de risco, os meios das OM logísticas funcionais, constituintes de uma BLT, poderão estar desdobrados em um mesmo local ou em áreas não contíguas, desde que seja possível assegurar o efetivo comando e controle e a devida proteção dos recursos logísticos.

4.4.9.5 A BLT poderá ter como encargo adicional a prestação do "apoio por área" às tropas que não estiverem sob o comando da DE, mas que se desdobrem em regiões próximas a ela. Para cumprimento dessa tarefa, sempre que necessário, o apoio deve ser reforçado pelo Esc Sp.

4.4.9.6 Maiores detalhes sobre o apoio logístico na DE podem ser encontrados no MC Logística Militar Terrestre – EB70-MC-10.238, 1ª Edição, 2018.

CAPÍTULO V

CONCEPÇÃO DO EMPREGO DA DIVISÃO DE EXÉRCITO

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1.1 A DE é aquela cujos meios, missão ou área de responsabilidade (ARP) transcendem às possibilidades de qualquer GU, com a capacidade operativa de ser empregada como um todo.

5.1.2 O emprego da DE, como maior escalão da F Ter em presença, visará ao cumprimento das missões constitucionais atribuídas às FA, podendo ser executado em situações de guerra e de não guerra.

5.1.3 A concepção de emprego da DE, como maior escalão terrestre em presença, tem como fundamento básico atuar tanto no contexto das operações conjuntas como em operações singulares.

5.1.4 A DE atua sob o comando de um escalão enquadrante ou constituindo-se em força singular. Em ambas as situações, a ela serão alocados elementos, conforme a necessidade, para o cumprimento da missão, atendendo às características do acrônimo FAMES. O valor de cada elemento subordinado será definido em função da missão específica a ser cumprida, geralmente de duração prolongada.

5.1.5 A DE poderá ser constituída a partir de uma estrutura existente ou ser organizada a partir da integração de GU e de U de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, em torno de um Cmdo e de um EM. Quando constituída, deve integrar e coordenar todas as capacidades operativas dos seus elementos subordinados.

5.1.6 A Divisão, como escalão intermediário entre o C Ex – Grande Comando executor da manobra estratégica – e a Brigada – Grande Unidade básica de combinação de armas, executora da manobra tática:
a) atenua as limitações das Brigadas que a constituem, reforçando-as, complementando suas ações e dando sentido de conjunto aos seus esforços; e
b) coordena e controla as ações de seus elementos constitutivos, determinando o ritmo da manobra, prescrevendo, quando possível, apoios recíprocos, ajustando seus planos de fogos e mantendo, na conduta do combate, a continuidade dos esforços.

5.1.7 O grau de controle que uma DE exerce sobre as GU e U que a constituem depende, principalmente, da amplitude da missão que lhe foi atribuída.

5.1.8 Nas missões amplas, em grandes frentes e profundidades (típicas de áreas operacionais que se caracterizam por grandes extensões territoriais e escassez de poderio bélico, como acontece no continente sul-americano), a DE coordena as ações de seus elementos de combate, dando-lhes grande liberdade de ação, compatível com as suas características de combinar armas e atitudes e de atuar de forma independente.

5.2 CAPACIDADES OPERATIVAS

5.2.1 A DE é o menor escalão da F Ter capaz de combinar atitudes, ou seja, que pode executar, simultaneamente, dois ou três tipos de operações básicas (operações ofensivas, operações defensivas e operações de cooperação e coordenação com agências).

5.2.2 Os pormenores, traduzidos em tarefas e atividades de cada uma das capacidades operativas, constam nas bases doutrinárias previstas das DE, de acordo com suas especificidades, bem como as capacidades a elas agregadas para o cumprimento de determinadas missões.

5.2.3 Merece destaque, para a concepção e execução da manobra, a grande e marcante flexibilidade da DE em receber novos meios, quando se fizer necessário, e reverter aqueles que se tornarem dispensáveis, ao longo das operações, para o cumprimento da missão recebida. Essa característica está restrita à sua capacidade de enquadrar comandos subordinados.

5.2.4 Tendo em vista a mencionada flexibilidade da DE, as capacidades operativas poderão variar, de acordo com as tarefas a serem desenvolvidas.

5.3 ÁREA DE RESPONSABILIDADE DO GRANDE COMANDO OPERATIVO

5.3.1 O C Ex, normalmente, atribuirá uma Z Aç para cada DE subordinada, em decorrência do planejamento realizado pelo seu EM. A DE, caso seja o escalão designado como FTC, receberá uma ARP, onde terá encargo e autonomia para conduzir e coordenar as ações necessárias ao cumprimento da missão recebida.

5.3.2 A Z Aç/ARP da DE deverá comportar seus respectivos elementos subordinados de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, em

conformidade com o número, valor e a natureza das peças de manobra enquadradas, uma vez que a sua composição é modular e variável.

5.3.3 As dimensões de tal Z Aç/ARP devem ser compatíveis com a composição de meios, estabelecida para cada tipo de operação militar. A referida área deverá levar em consideração o espaço necessário, tanto para as manobras táticas quanto para o desdobramento e funcionamento das instalações logísticas e de comando e controle.

5.3.4 O Cmt DE, assessorado pelo seu EM, poderá propor a retificação dos limites da sua Z Aç ao respectivo Cmdo enquadrante, caso julgue necessário, por ocasião da análise continuada da missão.

5.3.5 A observância aos princípios de guerra, aos fatores operacionais e aos fatores da decisão é fundamental para a delimitação apropriada e para os contínuos ajustes da Z Aç dos elementos subordinados à DE.

5.3.6 A DE pode, deliberadamente, reduzir o seu poder de combate ou até mesmo selecionar frentes em determinadas áreas de sua Z Aç/ARP, a fim de proporcionar melhor efeito de economia de meios e de massa, sobretudo em operações defensivas conduzidas em amplas frentes. Deve-se levar em conta, para tanto, os riscos inerentes à tomada de decisão.

CAPÍTULO VI

A DIVISÃO DE EXÉRCITO NAS OPERAÇÕES

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.1.1 As operações militares desenvolvem-se em todo o espectro dos conflitos, variando, segundo o nível de engajamento, da prevenção de ameaças até a solução dos conflitos armados, passando ou não pelo gerenciamento de crises.

6.1.2 O MC Operações – EB70-MC-10.223, 5ª Edição, 2017, apresenta as conceituações gerais que servirão de base para a compreensão do presente capítulo.

6.2 OPERAÇÕES BÁSICAS

6.2.1 OPERAÇÕES OFENSIVAS

6.2.1.1 Marcha para o Combate (M Cmb)

6.2.1.1.1 A M Cmb resume-se, para a DE, na coordenação do movimento dos seus vários grupamentos de forças (brigadas e elementos de apoio ao combate e de apoio logístico).

6.2.1.1.2 O C Ex, normalmente, atribui à DE uma direção tática de atuação (excepcionalmente, atribui mais de uma), uma Z Aç, um ou mais objetivos ou linhas de controle e a conduta a observar. Nesse caso, a DE tem grande liberdade no desempenho da missão, cabendo ao Esc Sp fixar, ou não, as condições em que devam ser feitos os movimentos iniciais.

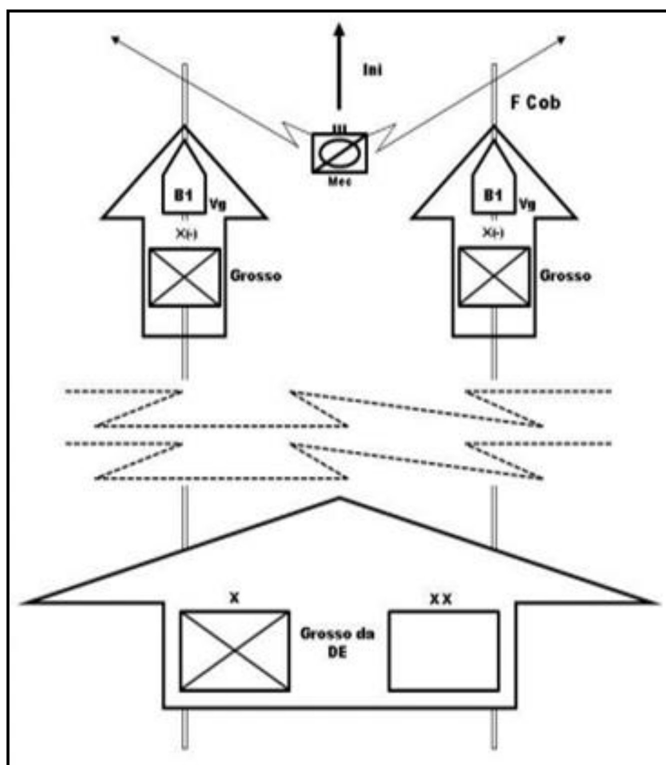


Fig 6-1 – A DE na Marcha para o Combate

6.2.1.1.3 A Divisão marca objetivos ou linhas de controle em função das possibilidades de encontro com o grosso do inimigo e das facilidades que o terreno oferece para o reajuste de dispositivo no prosseguimento. São regiões favoráveis, portanto, aquelas que permitem exercer domínio sobre o terreno adjacente e que, pela existência de transversais e penetrantes, facilitem os reajustes de dispositivos e as manobras. Os cursos de água obstáculos exercem, também, influência capital na determinação dos objetivos e das linhas de controle, pois, se defendidos, exigem ações coordenadas. Nesse caso, uma linha de controle ou um objetivo pode ser fixado na primeira margem, para facilitar a coordenação dos esforços para a transposição. No caso de ainda não serem defendidos, é preciso garantir a posse de suas passagens, antes que o inimigo intervenha. Assim sendo, o objetivo deve ser fixado além do obstáculo, de modo a garantir a utilização das passagens para o prosseguimento.

6.2.1.1.4 O Cmt DE utiliza todos os meios possíveis de controle para certificar-se de que as prescrições relativas à chegada aos objetivos ou linhas de controle são obedecidas, ficando, assim, em condições de intervir na ação, se necessário. Ele pode impor a remessa antecipada de informes sobre a hora provável e as condições de chegada aos objetivos ou linhas de controle. Também necessita manter-se a par das modificações impostas pela evolução

dos acontecimentos e deixar todos os elementos subordinados perfeitamente cientes da situação, em particular, das condições do inimigo.

6.2.1.1.5 Na medida em que a Divisão se aproxima do inimigo, o seu Cmt toma providências que permitem o emprego de suas forças, alterando as formações e o dispositivo, de sorte a garantir a máxima flexibilidade de manobra e a pronta disponibilidade para o combate dos elementos subordinados. A força de cobertura (F Cob) avançada poderá ser empregada num dos flancos, ou em ambos, ou ser retirada da frente e mantida em reserva para emprego futuro, quando houver sido substituída pela vanguarda das brigadas. Baseado nas informações recebidas e nas possibilidades do inimigo, o Cmt DE indica a ação a ser realizada pelas brigadas de primeiro escalão. A conduta das vanguardas deve ser, principalmente, função do plano geral, traçado pelo Cmt DE.

6.2.1.1.6 Ao buscar estabelecer ou restabelecer o contato com forças inimigas, por meio de uma marcha para o combate, decerto surgirão oportunidades fugazes, passíveis de serem exploradas pela iniciativa e agressividade dos Cmt Bda. Assim sendo, o Cmt DE deve evitar, pelo excesso de zelo, subtrair-lhes a liberdade de ação. Esforços permanentes de reconhecimento, bem como o hábil uso de diferentes sensores de inteligência e a rápida e oportuna integração de fontes, permitirão adaptar o planejamento inicial às circunstâncias novas e vantajosas.

6.2.1.2 Ataque (Atq)

6.2.1.2.1 No Atq, a missão da Divisão é prescrita em termos mais precisos e detalhados que nas demais situações. Frequentemente, os objetivos impostos pelo Esc Sp situam-se além das regiões, cuja conquista quebra a continuidade da posição defensiva inimiga. Podem ser, também, impostos os limites da Z Aç e outras condições de execução da operação. Para o cumprimento da missão, o Cmt da Divisão coordena as ações dos elementos subordinados, buscando a desejada concentração de esforços.

6.2.1.2.2 A fim de obter efeito decisivo, o Cmdo DE integra, coordena e sincroniza todas as capacidades ofensivas disponíveis na Divisão: ataque eletrônico, ataque cibernético, operações psicológicas, dentre outras. Além de buscar a convergência das funções de combate, o EM divisionário combina ações cinéticas e não cinéticas, nas dimensões física, humana e informacional, para arrebatar a iniciativa e impor seu ritmo às operações, cerceando as alternativas do inimigo.

6.2.1.2.3 Embora tenha condições de executar qualquer uma das formas de manobra ofensiva, a DE, no Atq, pela quantidade, capacidade e características de seus elementos de combate e de apoio ao combate, realiza, com maior frequência, a penetração, o desbordamento e o envolvimento.

6.2.1.2.4 Não raro, a DE combina formas de manobra, podendo realizar, simultaneamente, ações com diferentes profundidades e sob diferentes graus de controle.

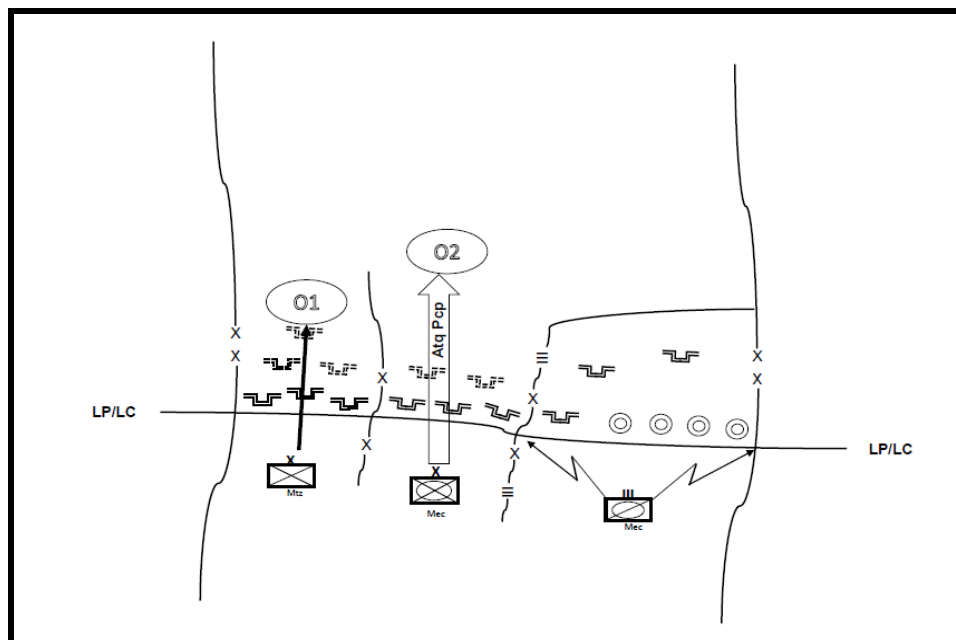


Fig 6-2 – A DE na Penetração

6.2.1.2.5 A DE concebe sua manobra embasada no estudo dos fatores de decisão. O dispositivo de Atq deve atender à manobra da forma mais simples possível, evitando perda de tempo e medidas adicionais de coordenação. O Cmdo divisionário também deve atribuir às suas brigadas uma missão clara, precisa e exequível. Os comandos subordinados não devem ser prematuramente incumbidos de missões referentes ao prosseguimento da ofensiva, embora devam permanecer aptos a explorar o êxito.

6.2.1.2.6 A manutenção de um elemento em reserva visa a atender às necessidades de manter a impulsão do ataque, aproveitar o êxito, proporcionar segurança adicional ou propiciar flexibilidade, diante de situações imprevistas.

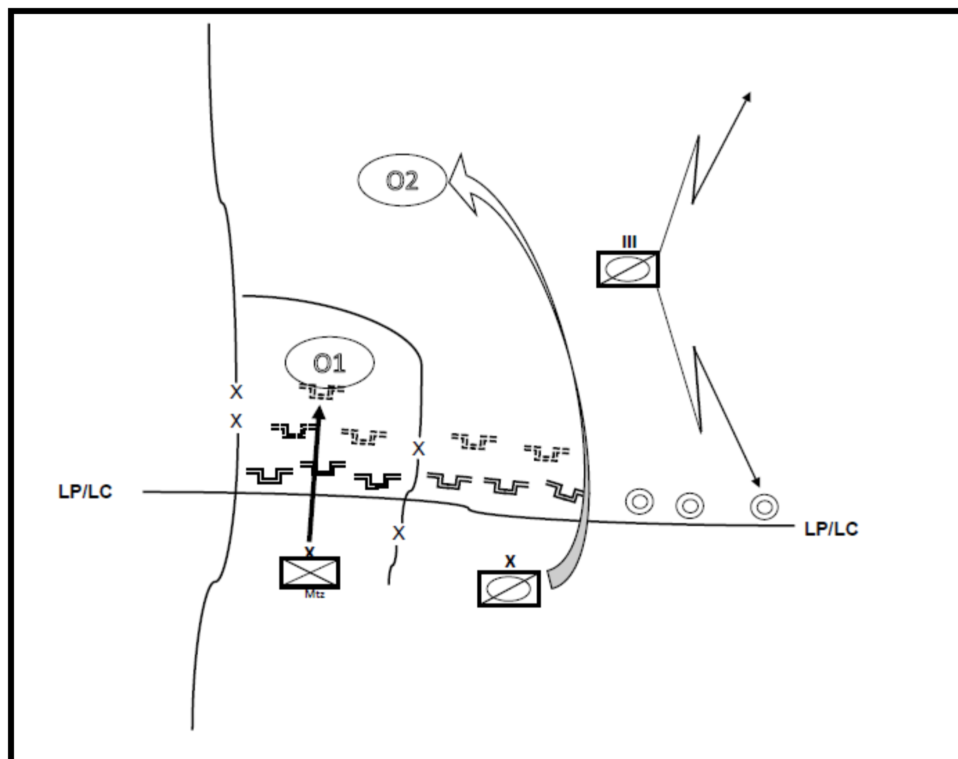


Fig 6-3 – A DE no Desbordamento

6.2.1.2.7 Uma vez iniciado o ataque, a distribuição dos meios no terreno pode sofrer alterações não previstas originalmente. O curso da batalha, talvez, exija a renovação da impulsão do ataque; a mudança da direção e/ou do ritmo da manobra; a ampliação de um desbordamento; ou a realização de um envolvimento. Para tanto, o Cmdo DE pode redefinir os limites entre suas peças de manobra, determinar a mudança da localização das Zonas de Reunião (Z Reu) dos elementos em reserva, posição de baterias, instalações logísticas, PC etc. Tomando, sempre, o cuidado de não subtrair a liberdade de ação de seus comandantes subordinados.

6.2.1.2.8 O grau de controle exercido pelo Cmt DE sobre seus elementos de manobra, em um Atq, depende da amplitude da missão, particularmente no que concerne à largura e à profundidade da Z Aç e ao número de vias de acesso para as brigadas.

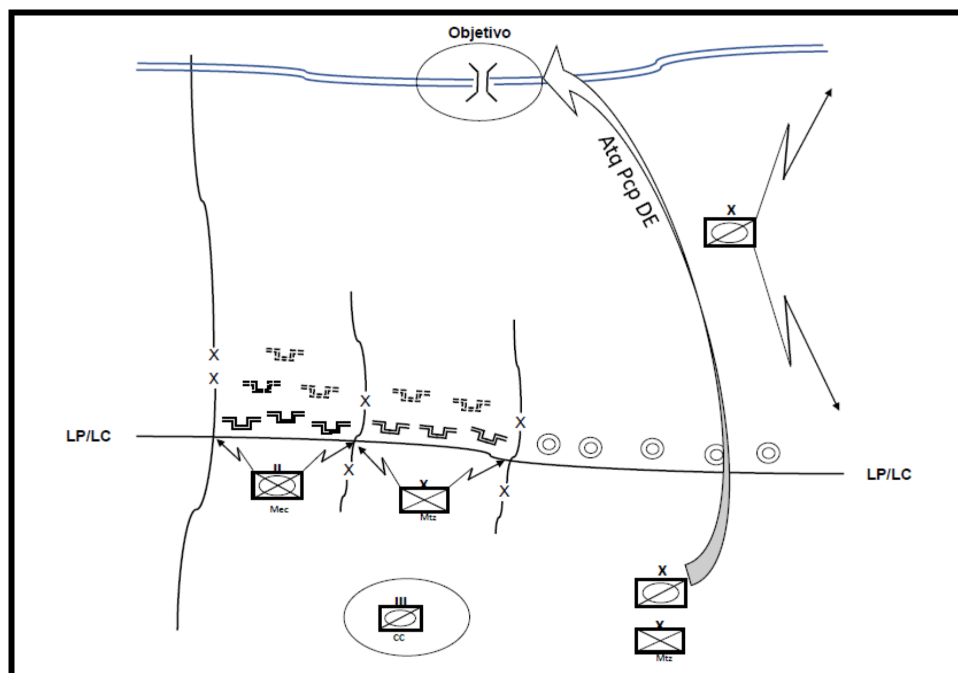


Fig 6-4 – A DE no Envolvimento

6.2.1.2.9 Nas missões de grande amplitude, em Z Aç largas e profundas, a DE será, sobretudo, um elemento de coordenação das ações de suas peças de manobra. Nesse caso, os comandantes subordinados deverão dispor de grande liberdade de ação, e as medidas de coordenação e controle impostas pela DE deverão ser o menos restritivas possíveis, tais como: objetivos finais, eixos de progressão e linhas de controle. Em face da existência de grandes espaços “vazios”, aumentará, significativamente, o risco de flancos expostos. Assim sendo, crescerá de importância o estabelecimento de pontos de ligação (P Lig) entre as GU e U que compõem a DE. Medidas adicionais também deverão ser adotadas, com o propósito de incrementar a mobilidade dos elementos em reserva, de apoio de fogo e de logística.

6.2.1.2.10 Quando a DE recebe uma frente estreita para conduzir suas operações, seu Cmt exerce um maior grau de controle sobre suas peças de manobra, impondo-lhes as medidas de coordenação e controle normais em um Atq coordenado: limites, hora de ataque, objetivos finais e intermediários, linhas de controle, direções de ataque (se for o caso), medidas de coordenação do apoio de fogo e outras.

6.2.1.2.11 Na montagem do Atq, particularmente em uma penetração, a DE decompõe a direção de Atq, que lhe foi imposta, em direções de Atq para suas peças de manobra e determina o ritmo da operação, por meio da marcação de

objetivos intermediários e/ou linhas de controle. Desse modo, assegura a indispensável convergência de esforços dos seus elementos subordinados, no curso do cumprimento da missão. Deve, entretanto, haver a preocupação de não prejudicar desnecessariamente a velocidade de Atq, pela imposição de exageradas medidas de coordenação e controle.

6.2.1.2.12 A manobra do Atq pode ser regulada por uma ou mais ordens de operações. A extensão, na qual uma mesma ordem regula determinado Atq, é decorrente, sobretudo, da capacidade dos elementos subordinados em relação ao valor do inimigo.

6.2.1.2.13 Não é provável que o Cmdo DE conte com o conhecimento de Inteligência pormenorizado acerca das forças oponentes, sobretudo, ao se estabelecer os primeiros contatos com o inimigo. Ademais, o cenário, quase sempre, é dinâmico, fazendo com que o quadro tático se altere muito rapidamente. Dessa forma, torna-se impositivo o esforço intenso, hábil e continuado de obtenção de dados para possibilitar a produção dos conhecimentos necessários ao planejamento da manobra. Todos os escalões devem dedicar especial atenção à prática constante e agressiva do reconhecimento, bem como o uso coordenado de outras fontes de obtenção de dados. Decerto, o aumento da consciência situacional, durante a preparação, pode levar à introdução de aperfeiçoamentos nos planos e ordens originais; assim como, pode exigir a expedição de ordens de conduta no decorrer do próprio Atq.

6.2.1.3 Aproveitamento do Êxito e Perseguição

6.2.1.3.1 O Cmt da Divisão deve combinar senso de oportunidade com uma postura agressiva, empregando seus meios para explorar o êxito inicial. Logo que haja indícios de desorganização ou de abandono da posição inimiga, o Cmt DE intervém no combate, para coordenar os esforços das brigadas com o avanço de sua reserva em profundidade, a fim de induzir a desorganização do adversário e impedi-lo de reconstituir-se à retaguarda.

6.2.1.3.2 O Cmt DE, além das forças inimigas em contato, deve interessar-se, sobretudo, pelo inimigo mais à retaguarda, que pode intervir para restabelecer a posição ou guarnecer outra linha defensiva que limite a penetração da DE. A DE tem necessidade de meios móveis, blindados e motorizados, para ultrapassar as forças inimigas e avançar em profundidade, assegurando a posse ou a conquista de regiões importantes do terreno. A disponibilidade de meios aéreos (apoio de fogo aéreo aproximado, Av Ex e infantaria aeromóvel) aufere maior alcance ofensivo à DE.

6.2.1.3.3 No Apvt Exi, o Cmt DE adapta, progressivamente, seu dispositivo de ataque à situação tática, de forma a atender às necessidades de progressão rápida e coordenada, capaz de permitir a manutenção do contato, a posse das

regiões atingidas e a montagem de uma ação em força. Para evitar perda de tempo, a DE realiza, em movimento e de forma progressiva, o escalonamento do seu dispositivo em profundidade e largura. À medida que os objetivos vão sendo alcançados, sua Z Aç se amplia. As forças de Apvt Exi avançam com rapidez e atingem, vigorosamente, seus objetivos, somente limpando sua Z Aç quando necessário à sua progressão. As forças inimigas que interferem ou podem interferir no cumprimento da missão devem ser destruídas. As forças de Apvt Exi ultrapassam ou contêm, com um mínimo de forças, as resistências inimigas de valor insuficiente para ameaçar o cumprimento da missão. O Cmt DE emprega todos os meios e armas disponíveis para sobrepujar as forças inimigas que não possam ser ultrapassadas ou contidas. O Apvt Exi é realizado continuamente, de dia e/ou de noite, independentemente das condições meteorológicas. Os elementos de reconhecimento, aéreos e terrestres, mantêm os Cmt informados sobre as ações inimigas. U são lançadas na esteira da força de Apvt Exi, com a missão de acompanhamento e apoio. Uma estreita relação de coordenação deve ser mantida entre os Cmt dessas forças.

6.2.1.3.4 O Cmt DE deve ter sempre em mente que, quanto mais rápido avançar em profundidade, maiores serão suas chances de induzir as forças inimigas ao colapso total. Porém, maior tende a ser a exposição de seus flancos, assim como ocorre a superextensão de seus eixos de abastecimento, aumentando as exigências logísticas. Um contra-ataque inimigo pode levar ao cerco de sua vanguarda. Portanto, o Cmt deve adotar medidas de segurança possíveis, que mitiguem os riscos, sobretudo, nos seus flancos e na retaguarda, sem comprometer-lhes o ímpeto ofensivo.

6.2.1.3.5 Incumbidas de avançar em profundidade o mais rápido possível, as forças de Apvt Exi tendem a ver os prisioneiros de guerra como um estorvo. Assim sendo, os Cmt, em todos os níveis, devem zelar por rígidos padrões éticos e disciplinares, a fim de evitar a ocorrência de crimes de guerra.

6.2.1.3.6 É possível que os eixos de progressão também estejam obstruídos pelo deslocamento massivo de refugiados. Dessa forma, o Cmdo da Divisão executa atividades coordenadas de assuntos civis, a fim de compatibilizar a proteção de civis com a implementação da manobra tática.

6.2.1.3.7 As U de acompanhamento e apoio, inicialmente, impedem o inimigo de tamponar a brecha na penetração e asseguram a posse dos acidentes capitais, conquistados durante a penetração, o desbordamento ou o envolvimento. Durante o avanço, essas U asseguram a utilização das vias de transporte, reduzem os bolsões de resistência ultrapassados, ampliam a área de Apvt Exi, a partir do eixo de progressão, bloqueiam o deslocamento dos reforços inimigos para o interior da Z Aç, substituem os elementos da força de Apvt Exi, que tenham sido deixados para bloquear, ou conter forças inimigas, ou ainda proteger áreas e instalações, e, eventualmente, cedem elementos em reforço à força de Apvt Exi.

6.2.1.3.8 À medida que começa a desmoralização do inimigo e que, sob pressão, suas forças se desintegrem, o Apvt Exi transforma-se em perseguição. Ou seja:

a) as tropas inimigas que foram ultrapassadas pela força de Apvt Exi desistem da luta, rendendo-se, desertando ou tentando se evadir para a retaguarda de forma desordenada. Faz-se necessário, portanto, erradicar os últimos bolsões de resistência inimigos e adotar medidas logísticas e humanitárias complementares em face do aumento do número de prisioneiros de guerra; e

b) as unidades inimigas remanescentes, localizadas à frente da força de Apvt Exi, tentam romper o contato para empreender uma retirada. Faz-se necessário manter o contato com essas tropas e cercá-las, a fim de impedir a fuga.

6.2.1.3.9 A perseguição deve ser executada em um máximo de largura e profundidade possíveis. As forças de pressão direta e de cerco recebem objetivos profundos, missão pela finalidade e um mínimo de medidas de controle. As forças de pressão direta avançam ininterruptamente, enquanto as forças de cerco cortam as vias de retirada inimigas. Não se deve permitir que as forças inimigas, existentes nos flancos ou deixadas à retaguarda, desviem a força principal de perseguição da sua missão. Se falhar a tentativa de cortar os itinerários de fuga do inimigo, uma nova força de cerco deve ser imediatamente empregada.

6.2.1.3.10 O apoio aeromóvel é desejável na perseguição. As aeronaves de reconhecimento e ataque não só devem manter os Cmt informados sobre a localização e as atividades das forças inimigas, como também infligem o máximo de danos ao inimigo que se retira, concentrando-se sobre suas vias de retraimento e suas colunas. Regiões de passagem e pontes sobre cursos de água de maior vulto devem ser interditadas por meio de bombardeio aéreo ou de artilharia. Assaltos aeromóveis podem contribuir com a manobra de cerco.

6.2.1.3.11 Durante a perseguição, intensificam-se os esforços de Op Psc com o intuito de incentivar a rendição e fomentar atos de deserção nas fileiras inimigas. Tais ações, em outros momentos da campanha terrestre, surtem menor efeito diante da sólida coesão das forças oponentes.

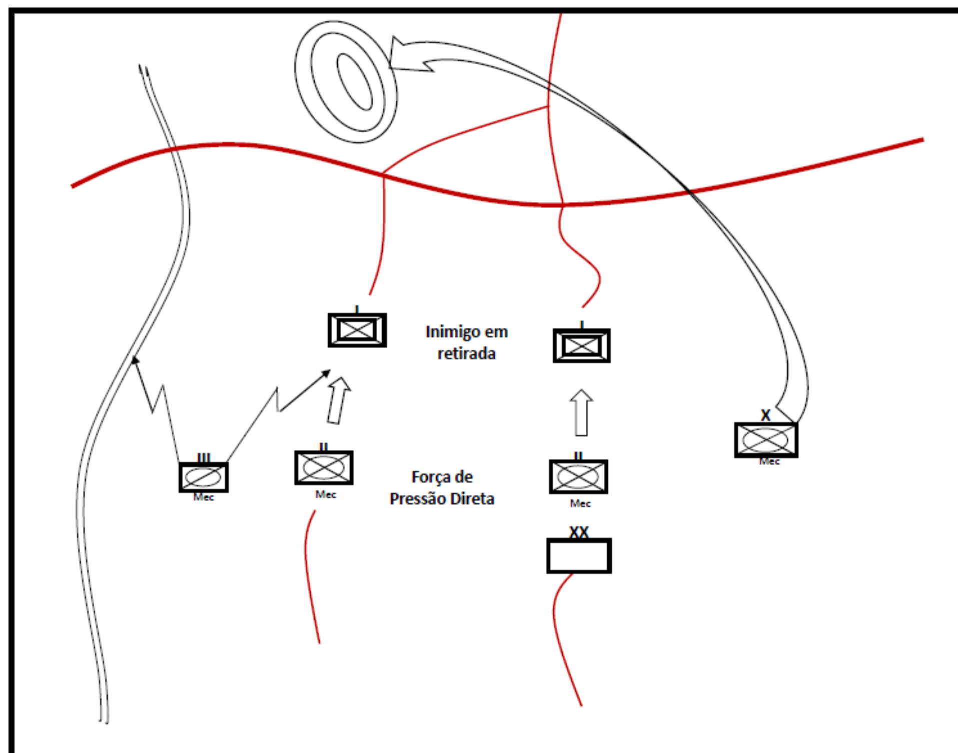


Fig 6-5 – A DE na Perseguição

6.2.1.4 Reconhecimento em Força (Rec F)

6.2.1.4.1 O Rec F é uma ação executada por uma força com a finalidade de revelar e testar o dispositivo e o valor do inimigo ou obter outras informações. A DE pode, muitas vezes, ter de realizar esse tipo de operação.

6.2.1.4.2 A tropa que realiza um Rec F deve ser de valor e composição adequados para obrigar o inimigo a reagir ao ataque, revelando, desse modo, sua localização, dispositivo, valor, fogos planejados e possibilidades de emprego de reservas. O valor da força depende da missão e da situação da DE, podendo empregar uma FT nível U ou GU. Em qualquer caso, são mantidas reservas capazes de explorar as vulnerabilidades do dispositivo do inimigo, revelado pelo Rec F. A DE pode empregar diversas forças para a execução de operações de Rec F, escalonadas no tempo e em pontos distintos ao longo da linha de contato. Tais ações tendem a manter o inimigo desarticulado e podem revelar seu dispositivo em uma frente ampla, assim como a localização de suas reservas e seu provável emprego, além de confundi-lo quanto à intenção do nosso esforço principal.

6.2.1.4.3 O Cmt DE deve estar alerta para explorar as oportunidades obtidas por intermédio do Rec F, seja pelo prosseguimento do ataque, seja pela posse do terreno conquistado. Deve, também, estar preparado para auxiliar o desengajamento da força, se necessário.

6.2.2 OPERAÇÕES DEFENSIVAS

6.2.2.1 A conceituação em vigor, relativa às Operações Defensivas, encontra-se detalhada no Manual Operações Ofensivas e Defensivas – EB70-MC-10.202, 1ª Edição, 2017.

6.2.2.2 Sendo a DE o menor escalão da F Ter capaz de combinar atitudes, as operações defensivas, no nível divisionário, caracterizam-se, sobretudo, pelo máximo emprego de ações ofensivas. Tanto na defesa em posição quanto na defesa móvel, o Cmdo da Divisão preserva elementos em reserva com o propósito de realizar contra-ataques letais para assegurar a posse do terreno e/ou desorganizar, retardar ou destruir as forças inimigas. Uma postura agressiva pode auferir ao Cmt DE considerável grau de iniciativa e liberdade de ação, mesmo durante as operações defensivas.

6.2.2.3 A seguir, os conceitos supramencionados serão contextualizados para a DE, abordando os dois tipos de operações defensivas: defesa em posição e movimento retrógrado.

6.2.2.4 Defesa em Posição

6.2.2.4.1 As principais preocupações do Cmt DE, ao organizar a defesa em posição, incluem:
a) a escolha adequada da região de defesa, em função das vantagens táticas que o terreno pode oferecer;
b) o controle dos principais nós rodoferroviários no interior da Z Aç da DE (quase sempre, localidades);
c) as prescrições sobre a distribuição dos meios disponíveis ao longo da linha defensiva;
d) a segurança da posição defensiva, sobretudo, nos flancos – em largas frentes, os limites entre as GU e U subordinadas, também, requerem especial atenção, uma vez que podem surgir eventuais brechas no interior do dispositivo, passíveis de serem exploradas pelo inimigo;
e) a organização da área de defesa avançada;
f) as forças de segurança e proteção interpostas entre a vanguarda inimiga e a área de defesa avançada; e
g) a composição e articulação das reservas e dos planos de contra-ataque.

6.2.2.4.2 A DE pode conduzir ambos os tipos de defesa em posição: a defesa móvel e a defesa de área. Na defesa móvel, um mínimo de forças é empregado na área de defesa avançada, enquanto uma força potente e de elevada

mobilidade é mantida em reserva, como principal elemento a ser empregado na destruição do inimigo. Na defesa de área, é dada ênfase à manutenção de terreno específico, desdobrando forças suficientes na área de defesa avançada para assegurar a posse do terreno.

6.2.2.4.3 As áreas de defesa incluem a área de segurança, a área de defesa avançada e a área de reserva. Em cada uma dessas áreas, são localizadas forças e empregados fogos, integrados em um plano defensivo global. As capacidades não letais da DE, como GE, G Ciber e Op Psc, também devem fazer parte da manobra defensiva da Divisão. As atividades de assuntos civis avultam de importância nos combates travados no interior de núcleos populacionais mais densos, especialmente, na defesa de grandes centros urbanos.

6.2.2.4.4 Além de esforços coordenados de contrarreconhecimento, o planejamento da defesa deve incluir contra-ataques de desorganização para impedir ou retardar o ataque do inimigo. Tais ataques são, normalmente, realizados contra forças inimigas que se preparam ou se reúnem para um ataque.

6.2.2.4.5 Um criterioso trabalho de EM permitirá ao Cmt da Divisão identificar claramente sua região capital de defesa, isto é, a porção do terreno que, de posse do inimigo, torna insustentável o esforço defensivo da DE.

6.2.2.4.6 Baseado nos tipos de defesa em posição e no estudo do terreno, o Cmt DE seleciona, ao longo de cada via de acesso, os acidentes do terreno favoráveis ao bloqueio da possível penetração inimiga, de modo a assegurar a posse das regiões essenciais para a defesa. Para isso, identifica as regiões que bloqueiam a via de acesso no limite anterior da área de defesa avançada (LAADA); identifica outras regiões que bloqueiam a via de acesso e que ainda permitem a DE contra-atacar; e identifica as regiões que bloqueiam as vias de acesso que incidem sobre o LAADA. Ele, também, deve identificar outras possíveis regiões de bloqueio e, ainda, faixas do terreno que lhe permitam contra-atacar. Em seguida, o Cmt DE deve identificar as vias de acesso existentes mais em profundidade e quais regiões permitem bloqueá-las. Por fim, ele deve visualizar o traçado das penetrações máximas admissíveis e estabelecer a natureza da resistência desejada em cada uma das vias de acesso.

6.2.2.4.7 A amplitude da penetração admissível, a cavaleiro de uma via de acesso ou de um conjunto de vias de acesso, é definida em função da análise dos fatores da decisão, podendo ser ainda considerados:
a) suas possibilidades de efetivamente limitar a penetração inimiga, contra-atacar e restabelecer a linha defensiva; e
b) o grau de risco que está disposto a correr.

6.2.2.4.8 Ao definir o poder relativo de combate necessário para realizar os contra-ataques, o Cmt DE deve considerar:
a) o apoio proveniente das forças de bloqueio;
b) a disponibilidade de fogos de artilharia, aéreos e navais;
c) o aproveitamento do terreno (incluindo os efeitos das condições meteorológicas sobre a mobilidade terrestre);
d) o momento oportuno para desencadear o contra-ataque; e
e) as necessidades de coordenação.

6.2.2.4.9 Em função do apresentado anteriormente, é estabelecido um dos seguintes graus de resistência: defender, retardar ou vigiar.

6.2.2.4.10 A determinação do poder de combate a ser empregado na área de defesa avançada é função da resistência desejada em cada via de acesso. Ao determinar o grau de resistência e o poder relativo de combate necessário, o EM DE formula as linhas de ação para a defesa da área de defesa avançada, visualizando os limites laterais e de retaguarda dos elementos subordinados e a possibilidade de emprego de outros meios na área de defesa avançada.

6.2.2.4.11 O Cmdo DE busca equilibrar, de forma racional, a distribuição do poder de combate entre as forças desdobradas na área de defesa avançada e os elementos mantidos em reserva. A intenção do Cmt e a opção pela forma de manobra (defesa móvel ou defesa de área) determinam essa relação de forças. O passo seguinte é definir a localização da reserva, baseada no seu emprego provável, no tipo de defesa adotada e em aspectos de segurança que preservem o seu poder de combate para a ação decisiva. Desse modo, as tropas em reserva podem ser mantidas em Z Reu ou guarnecer núcleos de aprofundamento.

6.2.2.4.12 Na determinação do poder de combate da força de segurança e da sua localização, os elementos da força de segurança da DE (F Cob e/ou Postos Avançados Gerais - PAG), normalmente, são empregados em reserva, devendo ser evitada a utilização de GU ou U desdobradas na área de defesa avançada para tal finalidade.

6.2.2.4.13 O risco de uma manobra de envolvimento, e subsequente cerco, deve ser objeto de avaliação do EM da Divisão. Para fazer face a esse tipo de ameaça, a DE deve estar apta a contra-atacar e/ou dar início a um movimento retrógrado.

6.2.2.4.14 Defesa Móvel
a) a defesa móvel concentra-se na destruição do inimigo por meio de um ataque decisivo por uma força de choque. Essa forma de manobra é conduzida de modo a permitir que forças inimigas avancem a um determinado ponto do sistema defensivo, no qual fiquem expostas a um contra-ataque decisivo, constituído pela maior parte do poder de combate disponível na DE. A força de

fixação mantém o contato com as forças inimigas, canalizando-as para uma área onde a Divisão possa destrui-las. Em princípio, a destruição do inimigo se dá por meio do máximo emprego de forças móveis, preferencialmente, forças blindadas e mecanizadas apoiadas pela aviação de ataque. Porém, sob condições específicas, como no combate urbano, por exemplo, a força de choque pode ser constituída por elementos de outra natureza. Enfim, a defesa móvel exige o sincronismo de ações ofensivas, defensivas e de retardamento, realizadas simultaneamente;

b) a defesa móvel oferece uma oportunidade para a destruição da força atacante e para a reconquista da iniciativa. Na sua condução, deve-se evitar o excesso de métodos padronizados, de modo a manter a liberdade de ação do comandante subordinado, que poderá escolher o momento e o local para desfechar seu contra-ataque decisivo. Todavia, sua manobra deve manter-se coerente e integrada com as GU e U, empenhadas na defesa em posição e/ou na execução do movimento retrógrado;

c) em geral, a DE é o menor escalão capaz de proporcionar uma força de choque suficientemente poderosa para permitir a execução de uma defesa móvel. Dadas as características deste tipo de defesa, a Divisão, em condições ideais, deve ser integrada por brigadas blindadas e mecanizadas. Empregadas em terreno apropriado, as brigadas blindadas são os elementos de combate mais aptos a constituir a força de choque nos contra-ataques da DE;

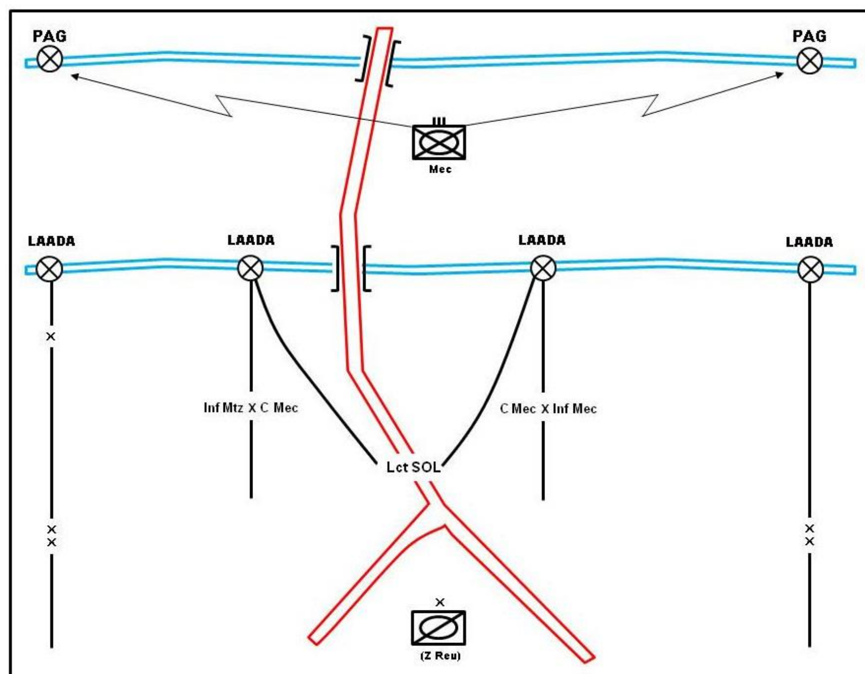


Fig 6-6 – A DE na Defesa Móvel

d) o planejamento em uma defesa móvel deve também abordar o quanto sua condução afeta a população civil na área de operações. Isso se torna importante porque a amplitude dessa forma de manobra defensiva tende a ser muito maior do que a de uma defesa de área. A grande circulação de civis na A Op poderá influir decisivamente na manobra terrestre das unidades defensoras, a menos que sejam tomadas medidas que levem em conta a sua presença e forneçam rotas alternativas para deslocamento de civis. O Grande Comando deve comunicar essas rotas aos membros da população civil para garantir a sua compreensão. De preferência, as organizações civis fornecem regulação do tráfego civil e serviços essenciais imediatos ao longo dessas rotas de evacuação civil. No entanto, caso as agências envolvidas não sejam capazes de executar tais tarefas, caberá à DE planejá-las e executá-las, de modo que o tráfego civil não interfira no poder de combate empregado na defesa. A DE toma, ainda, medidas para impedir que forças irregulares usem essas rotas para infiltrarem-se em posições defensivas, com ações de segurança em sua área de retaguarda, enquanto, simultaneamente, cumpre obrigações legais para com as populações civis;
e) a DE, para atingir as finalidades de uma defesa móvel, frequentemente, emprega, na área de defesa avançada, parte dos meios operando como na defesa de área; e outra parte como força de fixação, com a missão de retardar o inimigo, atraindo-o para uma situação que favoreça o contra-ataque divisionário. Por vezes, além de meios em reserva da divisão, também a força de fixação e reservas de elementos subordinados podem ser empregados nas ações dinâmicas do contra-ataque divisionário, circunstância que amplia as possibilidades concernentes à destruição do inimigo;
f) a DE organiza e controla a F Cob ou os PAG, a fim de colher dados e interceptar, engajar, retardar, desorganizar e iludir o inimigo antes que ele possa atacar a posição defensiva propriamente dita. A missão precípua da F Cob ou dos PAG é, normalmente, retardar o inimigo à frente do LAADA por um prazo determinado. Quando esse tempo não for fixado, a F Cob ou os PAG executam o máximo retardamento possível. A F Cob ou os PAG proveem segurança ao escalão superior pela observação, reconhecimento, ataque ou defesa ou, ainda, pela combinação desses processos. Esforços coordenados e permanentes de contrarreconhecimento devem restringir ao máximo as ações inimigas de coleta e busca de dados. Salvo quando têm a missão de manterem suas posições por um prazo definido, esses elementos iniciam seu retraimento para posições subsequentes, tão logo tenham conhecimento de que uma força inimiga superior esteja desdobrada para atacar e exista a possibilidade de um engajamento decisivo. A ação em cada posição de retardamento sucessiva é executada com a finalidade de mudar, tanto quanto possível, a direção de ataque do inimigo e obrigá-lo a desdobrar o maior número de suas unidades prematuramente;
g) em uma defesa móvel, os elementos desdobrados na área de defesa avançada são chamados de força de fixação. Eles têm por missão precípua canalizar e reter as forças inimigas em uma área apropriada ao contra-ataque da reserva divisionária e/ou ao emprego massivo dos fogos de apoio. Parte das

U e GU, empenhadas como forças de fixação, podem receber a tarefa de empreender uma obstinada defesa de área, enquanto outras U e GU realizam um movimento retrógrado, a fim de atrair as forças inimigas para a armadilha idealizada pelo Cmdo DE. Dependendo da análise das circunstâncias, todos os elementos em primeiro escalão podem retrair (simultaneamente ou não), assim como todos podem defender suas posições originais sem ceder terreno à ofensiva inimiga. O EM divisionário formula as linhas de ação para a defesa móvel, levando em conta as características topotáticas do terreno (já incluídos os efeitos das condições meteorológicas vigentes), as possibilidades do inimigo e a capacidade ofensiva da DE;

h) a defesa móvel, por sua natureza, exige acurada consciência situacional. Portanto, as forças de fixação devem contribuir com a Seção de Inteligência da DE, por meio de iniciativas agressivas de coleta e busca de dados acerca da força inimiga;

i) a força (ou as forças) de fixação pode guarnecer uma linha defensiva contínua e/ou ocupar posições de bloqueio. As posições de bloqueio são áreas organizadas para defesa em todas as direções, ocupadas por elementos cujo efetivo varia de valor SU até FT U. São localizadas ao longo do LAADA e em profundidade, barrando as vias de acesso do inimigo que conduzem para o interior da posição. As forças que ocupam uma posição de bloqueio não têm necessariamente que mantê-la por tempo indefinido, senão o suficiente para atender à manobra da DE. Elas realizam, ainda, ações ofensivas e de retardamento, a fim de forçar o inimigo a se emassar, apresentando um alvo compensador e dando tempo suficiente para o emprego das forças de contra-ataque;

j) sempre que parte da Divisão realizar um retardamento, enquanto outra parte mantiver suas posições originais no LAADA, corre-se o risco de surgirem intervalos ou vãos no dispositivo da DE. Por conseguinte, há que se atentar para a ocorrência de eventuais flancos expostos, sobretudo, em relação aos elementos empregados estaticamente. A primeira medida para mitigar tal risco é o estabelecimento de pontos de ligação. O escalão superior intervém no planejamento de seus subordinados, quando houver necessidade de proporcionar segurança aos flancos surgidos, em consequência de recuo da força de fixação;

k) a ordem de prioridade na realização desses planejamentos deve ser coerente com a linha de ação mais provável do inimigo. Caso as possibilidades se equivalham, a ordem de prioridade corresponde à direção de ataque cujo terreno seja mais propício para atender à finalidade de destruição das forças inimigas;

l) a flexibilidade deve caracterizar o planejamento de uma defesa móvel. Nas áreas de defesa avançada e de reserva, um dispositivo intermediário (de expectativa) proporciona boas condições de evolução para fazer face à concretização de qualquer hipótese de atuação do inimigo;

m) o ideal é o inimigo apresentar sua maioria de meios na direção escolhida pelo defensor. Compete à F Cob fazer todo o empenho possível na necessária canalização das forças inimigas para aquela região. No caso de não conseguir,

o Cmdo da Divisão é informado sobre a direção que está sendo adotada pelo inimigo e, dispondo do tempo mínimo necessário, fará com que as forças da área de defesa avançada e da área de reserva evoluam do dispositivo intermediário para aquele que corresponde à hipótese que veio a se concretizar;

n) a reserva deve reunir o maior poder relativo de combate possível. Elevada mobilidade tática é crucial para a execução de um contra-ataque letal e decisivo. Em condições ideais, a reserva deve ser constituída por formações blindadas, mecanizadas e por forças aeromóveis. A força de contra-ataque tem como missão destruir o inimigo pela ação ofensiva na frente, no interior ou na retaguarda da área de defesa avançada. A força de contra-ataque prepara-se para conduzir um contra-ataque onde quer que uma oportunidade se apresente. A possibilidade de emprego de meios aeromóveis em reserva aumenta a flexibilidade e a presteza da força para reagir às situações táticas diversas. A disponibilidade de helicópteros de ataque e o judicioso emprego do apoio de fogo aéreo aumentam, sobremaneira, a letalidade da força de contra-ataque, especialmente, em face de formações blindadas inimigas;

o) a reserva é localizada de modo a deslocar-se rapidamente para qualquer parte da posição defensiva. Elementos da reserva podem ocupar posições de bloqueio, a fim de auxiliar o estabelecimento de condições favoráveis para o contra-ataque decisivo pelo restante dela (maioria de seus meios). O Cmt da reserva prepara planos de contra-ataque detalhados, baseados nos planos básicos de contra-ataque, elaborados pela DE. Obviamente, o inimigo envidará esforços preliminares com o intuito de localizar, identificar, interditar, degradar ou destruir as forças mantidas em reserva. Todas as medidas cabíveis (ativas e passivas) devem ser adotadas com o propósito de preservar a reserva dos fogos inimigos: dispersão dos meios, organização do terreno, defesa antiaérea e antimíssil, ocultação eletrônica e cibernética, desinformação etc;

p) na execução de uma defesa móvel, são necessárias tropas com três aptidões distintas: para o retardamento no interior da penetração máxima admitida, para o bloqueio em profundidade e para o contra-ataque de destruição;

q) onde ocorrerá a destruição do inimigo dependerá, particularmente, da natureza dos meios disponíveis e do terreno, em especial do valor defensivo do LAADA. A construção de obstáculos e a existência de acidentes naturais no interior da Z Aç da DE também devem ser levadas em consideração;

r) ao determinar o poder de combate para o contra-ataque, o Cmt da Divisão considera o valor e a natureza da força de choque, os demais elementos empregados na ação ofensiva, o apoio aéreo e as restrições apresentadas ao inimigo, no interior da penetração admitida. Normalmente, é temerário permitir que o inimigo venha a dispor de carros de combate em número significativo, ou de poder de combate superior ao da força de contra-ataque no interior da penetração admitida. De preferência, quando o atacante estiver detido ou perdendo sua impulsão, a Divisão desencadeia seu contra-ataque, tirando o máximo proveito das ações coordenadas da força de choque e dos demais elementos nele empregados, procurando assumir a iniciativa do combate,

naquela parte da frente. Nesse momento crítico, o combate é decidido pela surpresa e velocidade de emprego da força de choque (tempo de reação);

s) na defesa móvel, os elementos da força de fixação executam, essencialmente, o movimento retrógrado. Suas operações estendem-se a uma profundidade considerável na área de defesa. Eles, entretanto, estão preparados para, em curto prazo, interromper o movimento e manter o terreno para cooperar no sucesso do contra-ataque. A defesa móvel baseia-se no contra-ataque como elemento decisivo. O critério para determinar quando o contra-ataque deve ser desencadeado é, basicamente, o mesmo que condiciona a decisão sobre a manobra ofensiva. Entre as considerações significativas, está o grau de sucesso obtido, pelas forças da área de defesa avançada, na degradação do poder de combate do atacante. O desejável é que o inimigo seja detido ou tenha sua velocidade de progressão diminuída e que seja desorganizado, mas esses não são requisitos fundamentais e não devem tolher a iniciativa no desencadeamento do contra-ataque. Um contra-ataque prematuro pode ser desastroso, mas esperar as condições táticas ideais para realizá-lo pode levar à perda de oportunidades valiosas;

t) a finalidade do contra-ataque, na defesa móvel, é a destruição do inimigo. São atribuídos objetivos à força de contra-ataque: acidentes do terreno perfeitamente identificáveis, cuja conquista pressupõe a destruição do inimigo. A conquista do terreno, destinado a restabelecer o LAADA, só é válida como um objetivo na defesa móvel se sua conquista contribuir para o cerco ou para a destruição do inimigo. Como regra, o contra-ataque situa-se dentro do alcance da artilharia de apoio, consideradas as suas possibilidades de deslocamento para posições de manobra;

u) o contra-ataque só é lançado contra elementos significativos do inimigo. Quando o contra-ataque é desencadeado, a ele são dados todos os meios para cumprir a missão. O contra-ataque deve ser executado rápida e violentamente, empregando todo o poder de combate necessário para assegurar o sucesso, evitando-se o emprego parcelado dos meios. Em resposta ao contra-ataque da DE, o inimigo, possivelmente, intensificará o volume de fogos (incluindo apoio de fogo aéreo aproximado) e/ou aumentará a pressão em outros pontos da linha de frente;

v) visando a isolar a força atacante no interior do bolsão em que foi colhida, o planejamento de fogos para o contra-ataque deve contemplar fogos de contrabateria e fogos de interdição contra alvos localizados além do LAADA. O emprego de meios aéreos, cibernéticos e de guerra eletrônica deve ser sincronizado com a manobra da força de contra-ataque. O planejamento de obstáculos da DE deve contribuir para canalizar o movimento da força atacante e limitar sua penetração. Para tanto, deve estar integrado com o planejamento de fogos da AD. A Eng DE também deve ser empregada para incrementar a mobilidade da força de contra-ataque;

w) em certas ocasiões, pode ser necessário desencadear contra-ataques independentes contra duas ou mais forças inimigas. O processo mais eficiente é a eliminação das forças inimigas na ordem de importância da ameaça. Os contra-ataques simultâneos por elementos da reserva dividem o poder de

combate disponível e, portanto, devem ser evitados; porém, tal procedimento pode ser necessário em algumas situações;

x) a defesa móvel, por sua natureza, é uma operação dinâmica e fluida, que requer elevado grau de sincronismo. Portanto, o princípio de guerra da simplicidade deve ser valorizado ao máximo; e

y) ao término do contra-ataque, os elementos da reserva deverão ocupar uma região de destino previamente planejada, objetivando a realização de ações futuras, sobretudo, novos contra-ataques. Os feridos devem ser indistintamente evacuados e receber tratamento médico adequado. Os prisioneiros de guerra devem ser conduzidos para os postos de triagem à retaguarda.

6.2.2.4.15 Defesa de Área

a) a defesa de área exige a manutenção de terreno específico, durante um período de tempo predeterminado. A área de defesa é organizada para deter o inimigo. Pode não ser possível ou aconselhável ocupar fisicamente todos os acidentes capitais do terreno na área defendida, mas um poder de combate suficiente deve estar disponível para manter aquela posição. A área de defesa avançada, normalmente, tem maior prioridade na alocação de meios. A reserva é empregada para bloquear e destruir o inimigo, para eliminar penetrações ou para reforçar as áreas ameaçadas;

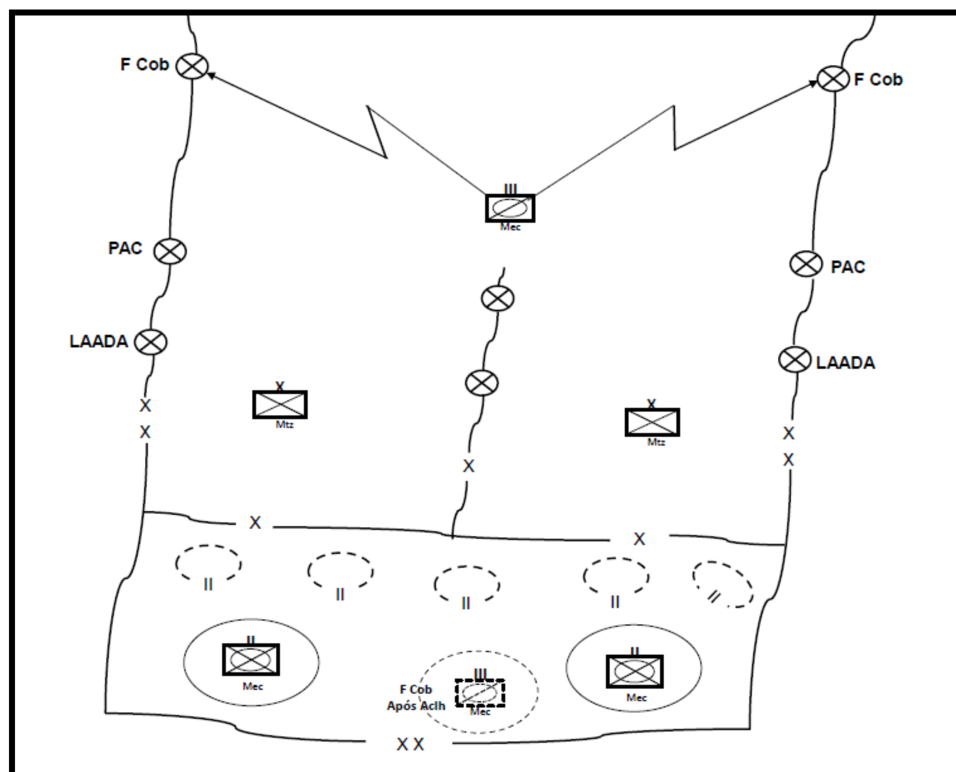


Fig 6-7 – A DE na Defesa de Área

b) normalmente, a Divisão planeja e executa uma defesa de área quando não dispõe de meios adequados para realizar a defesa móvel; quando a missão requer, prioritariamente, a manutenção do terreno; ou quando houver imposição explícita do Esc Sp. Dificilmente, o terreno, por si só, constitui fator impositivo da defesa de área;
c) nas Áreas Operacionais Continentais, a Divisão, muitas vezes, terá sob sua responsabilidade a defesa de largas frentes. Nesse caso, atua, sobretudo, como um elemento de coordenação das ações de suas forças da área de defesa avançada, dedicando especial atenção aos flancos expostos. O judicioso emprego de todos os sensores de Inteligência e a disponibilidade de uma reserva dotada de elevada mobilidade mostram-se imprescindíveis para a DE;
d) a DE desdobra uma F Cob e/ou PAG. Os PAG, inicialmente, ocupam posição que lhes permitam explorar as vantagens oferecidas pelo terreno, negando ao inimigo a possibilidade de observação terrestre e do emprego de fogos de artilharia leve sobre a área de defesa avançada;
e) os Postos Avançados de Combate são elementos de segurança das brigadas empregadas na área de defesa avançada. São estabelecidos para fornecer alerta imediato sobre a aproximação do inimigo e para negar-lhe observação terrestre aproximada e fogos diretos sobre a área de defesa avançada. Sua localização deve permitir o apoio de fogo do interior da posição defensiva. O Cmt da Divisão prescreve a localização geral dos Postos Avançados de Combate, na extensão necessária à segurança ao longo de toda a frente da divisão;
f) a área de defesa avançada é organizada em uma série de posições que ofereçam bom comandamento e apresentem valor defensivo natural. As posições são preparadas para bloquear as vias de acesso, tanto no LAADA, como em profundidade. O grosso do poder de combate da divisão é empregado na área de defesa avançada. O valor defensivo natural do terreno é aumentado, à medida que o tempo permita, pelo estabelecimento de obstáculos artificiais, fortificações e barreiras. A perfeita integração de fogos e obstáculos é crucial para o êxito da defesa de área;
g) a reserva ocupa posição, de forma a poder executar os planos de contra-ataque e conter penetrações na frente ou nos flancos. A reserva assegura a continuidade da defesa, executando o contra-ataque para eliminar as penetrações inimigas, reforçando os elementos da área de defesa avançada ou executando missões de bloqueio. Na defesa de área, os contra-ataques são imprescindíveis para o restabelecimento do LAADA. Quando a Divisão opera em grandes espaços, sua reserva, normalmente, se articula e pode ser empregada na execução de contra-ataques ou para reforçar os elementos da área de defesa avançada. Excepcionalmente, é empregada no cumprimento de missões de bloqueio, aprofundando a defesa;
h) a DE coordena as ações de seus elementos na área de defesa avançada, ficando em condições de reforçá-los, em meios e em fogos. As brigadas da área de defesa avançada defendem a cavaleiro dos eixos. Assinale-se a

existência de espaços apenas vigiados e a necessidade de uma reserva forte e móvel;

i) por sua natureza, a defesa de área tende a ser uma operação menos dinâmica. Dessa forma, instalações logísticas, de comando e controle, posições de bateria e Z Reu dos elementos em reserva, por exemplo, se submetem a mudanças de posição menos frequentes. Em face do expressivo incremento da letalidade, alcance e precisão dos fogos indiretos, especialmente, artilharia de mísseis e foguetes, faz-se necessário adotar acuradas medidas de defesa ativa e passiva, visando à proteção da Força, incluindo ocultação eletrônica e cibernética, ampla dispersão dos meios e trabalhos de organização do terreno mais sofisticados, como a construção de abrigos, depósitos e instalações subterrâneas;

j) em face da determinação de manter o terreno, a Divisão corre o risco de cerco, se as forças adjacentes, desdobradas em seus flancos, cederem ao peso da ofensiva inimiga. O planejamento da DE, na defesa de área, deverá, necessariamente, contemplar essa possibilidade, incluindo: início de um movimento retrógrado para evitar o cerco, estabelecimento da defesa em todas as direções e execução de contra-ataques para romper a linha de cerco; e

k) na defesa de área, o Cmdo da Divisão deve adotar medidas adicionais visando à proteção de civis e do patrimônio cultural, em sua Z Aç. Tais medidas podem incluir, se for o caso, a prévia evacuação de contingentes populacionais ameaçados; o acolhimento de refugiados e seu envio para a retaguarda; o apoio à defesa civil, sobretudo, após os bombardeios inimigos; o empenho limitado de seus meios em ajuda humanitária; a não ocupação e uso de bens, instalações e sítios especialmente protegidos, bem como sua correta sinalização; etc.

6.2.2.5 Movimento Retrógrado (Mvt Rtg)

6.2.2.5.1 O Mvt Rtg visa a preservar a integridade da força, a fim de que, em uma ocasião futura, a ofensiva seja retomada. É qualquer movimento tático organizado, de parte de uma F Ter, para a retaguarda ou para longe do inimigo, seja forçado por este, seja executado voluntariamente, como parte de um esquema geral de manobra, quando uma vantagem marcante possa ser obtida. Os tipos de Mvt Rtg são: retraimento (com ou sem pressão), ação retardadora e retirada.

6.2.2.5.2 Quando o escalão enquadrante julgar conveniente dar ampla liberdade de ação à Divisão, ele poderá atribuir-lhe, além de indicações referentes à sua própria manobra, a missão, definida por direções a barrar; a última posição a defender com o prazo mínimo a manter; e as ligações e coordenações necessárias. Cabe ao Cmt da Divisão decidir sobre a atuação da F Cob, os valores das forças que ocuparão as posições de retardamento, os prazos a serem ganhos nestas e as medidas necessárias à manutenção do sigilo. Deve, ainda, o Cmt da Divisão, determinar aos elementos subordinados a oportunidade do retraimento e abandono das posições de retardamento.

6.2.2.5.3 A DE, quando executa um Mvt Rtg, desdobra-se, frequentemente, em uma larga frente. A operação consiste em uma série de ações independentes executadas pelas brigadas, dentro do quadro do plano global. As missões atribuídas aos elementos subordinados e sua sequência de execução são mais detalhadas e mais restritivas do que em outros tipos de operações. Entretanto, cada Cmt subordinado deve preservar sua liberdade de ação para permitir-lhe explorar as vantagens que surjam em seu escalão.

6.2.2.5.4 Deve-se tomar cuidado para evitar que o inimigo desborde elementos da força ou realize uma penetração que possa impedir o cumprimento da missão da Divisão. O controle e a coordenação são executados com auxílio de linhas de controle, pontos de controle, posições de retardamento, hora e itinerários para o retraimento, além de prescrições para o controle efetivo do trânsito. Os planos para o apoio logístico são detalhados e contêm prescrições sobre o destino a ser dado aos excessos de suprimento e de equipamento. Os comandantes devem estar cientes do conceito geral da operação para que sua execução seja eficiente.

6.2.2.5.5 As comunicações rádio são empregadas em todos os escalões para o exercício do controle e da coordenação. O planejamento cuidadoso das comunicações é essencial para evitar a revelação prematura do Mvt Rtg. Ao atribuir missões e setores aos elementos subordinados, especial atenção deve ser dada às possibilidades dos respectivos equipamentos de comunicações.

6.2.2.5.6 Nos Mvt Rtg, todos os meios de obtenção de dados disponíveis para a Divisão são empregados para obter informações sobre o inimigo. Missões específicas de reconhecimento e contrarreconhecimento devem ser atribuídas às brigadas dentro de seus respectivos setores.

6.2.2.5.7 Informações sobre o inimigo, como direção do movimento, valor e composição de sua força principal de ataque, localização dos meios aéreos e blindados, esforços para impedir ou pôr em risco o Mvt Rtg, emprego de meios aeroterrestres e aeromóveis, ataques aéreos, ataques anfíbios, ações de guerrilheiros ou infiltração para interferir na operação são partes essenciais do plano de busca da Divisão.

6.2.2.5.8 O emprego de fogos, GE e G Ciber, conjugado com ações ofensivas limitadas, facilita a obtenção da segurança, durante o Mvt Rtg. Deve-se negar ao inimigo, tanto quanto possível, o conhecimento da intenção de romper o contato. O máximo de medidas de segurança passiva e de dissimulação deve ser adotado para ocultar o movimento. Tais medidas devem incluir a ocultação cibernética e eletrônica, para as unidades em deslocamento para a retaguarda, e a simulação, para as forças remanescentes, na área avançada, visando à manutenção da fisionomia da frente, bem como a manutenção dos fogos normais de artilharia e de outros meios de apoio de fogo, o deslocamento sob condições de visibilidade reduzida e a retenção de tropas suficientes, na

posição, para simular a presença do grosso da força. Em face da disponibilidade de recursos optrônicos e termais de reconhecimento e busca de alvos, incluindo plataformas aéreas autônomas, nem sempre os períodos noturnos oferecerão maior segurança para os Mvt Rtg. As condições meteorológicas vigentes e seus efeitos devem ser minuciosamente analisados.

6.2.2.5.9 Devem ser tomadas medidas para proporcionar segurança à frente, aos flancos e à retaguarda do grosso, contra os ataques aéreos e terrestres, incluindo ação de forças irregulares. Aeronaves de reconhecimento, quando disponíveis, são empregadas para localizar as unidades inimigas e manter vigilância sobre elas. As unidades de artilharia ocupam posição para apoiar os elementos de segurança. O planejamento inclui prescrições para a defesa das áreas de retaguarda. São empregados destacamentos de segurança para proteger as regiões de passagem e os pontos críticos que devem ser transpostos pelos elementos divisionários. A AAAe é empregada para proteger tais pontos contra os ataques aéreos do inimigo. São empregadas medidas de dissimulação para auxiliar o grosso e as forças de segurança a retraírem com um mínimo de interferência do inimigo. Tais medidas são, também, empregadas para emboscar e degradar o poder de combate do inimigo.

6.2.2.5.10 Para o retraimento, a Divisão fornece às suas brigadas: setores, reforços (se disponíveis), apoio de Artilharia, GE e Ciber, além de informações iniciais acerca da próxima missão a ser cumprida pela Divisão. O Cmt DE coordena a execução da ação, prescrevendo, no que for aplicável, a simultaneidade ou sucessividade das ações das brigadas; a ordem ou o GDH (grupos data-hora) de início do retraimento; as prescrições e restrições quanto à utilização das vias de transportes; o limite máximo de permanência na posição do escalão de contato; as regiões para Z Reu ou uma linha à retaguarda, a partir da qual as brigadas devem reunir os seus meios, de modo mais disperso possível; e as ligações a serem estabelecidas. A DE, considerando a extensão da frente em que atua e as dificuldades de comando daí decorrentes, normalmente, atribui às brigadas a responsabilidade pelo estabelecimento de F Cob. Visando a uma melhor coordenação, o Cmdo DE pode prescrever as regiões onde devem ser posicionadas as F Cob, as direções a barrar, a hora em que devem estar prontas e o prazo mínimo de permanência.

6.2.2.5.11 A ação da Divisão, em uma retirada, é em tudo semelhante a que desenvolve em uma M Cmb. Coordena o movimento das brigadas e das unidades subordinadas, fixando-lhes Z Aç ou prioridades na utilização dos itinerários, bem como regiões de destino. Coordena, também, as medidas de segurança, determinando as ligações que as retaguardas devem estabelecer ou tomando a seu cargo a proteção do movimento.

6.2.2.5.12 Em uma ação retardadora, abandonada uma posição, o Cmdo da Divisão procura, o mais rapidamente possível, colocar o grosso fora do alcance

de uma ação imediata do inimigo. A fim de realizar o retardamento da progressão do inimigo, são interpostas forças de segurança (cobertura, retaguarda etc.) entre o grosso e o inimigo. Esse retardamento, realizado entre duas posições sucessivas, pode ter como finalidade ganhar o tempo indispensável à organização da posição seguinte ou diminuir o tempo de combate nesta posição, mantendo o inimigo afastado o maior tempo possível. Para atingir essas finalidades, a Divisão, muitas vezes, necessita instalar uma ou mais posições intermediárias de retardamento. Quando, entretanto, existir grande espaço entre a posição a ser abandonada e a que indica o limite máximo de recuo, facultando-lhe ganhar o tempo imposto sem combater ou combatendo um mínimo nessa última posição, pode a Divisão empenhar-se a fundo no retardamento. Nesse caso particular, a operação caracteriza-se, principalmente, pelo jogo de escalões em posições intermediárias, tomando o aspecto de ação em posições sucessivas. Essa forma de realizar o Mvt Rtg, além de ocasionar grande desgaste físico e moral, apresenta o inconveniente de as forças defensoras correrem o risco de, aferradas nas posições intermediárias, serem batidas por partes. Portanto, esse tipo de Mvt Rtg nem sempre é compensador. Normalmente, a adoção é justificada quando puder ser ganho todo o tempo imposto à frente da posição da última linha de retardamento.

6.2.2.5.13 Medidas adicionais devem ser adotadas com o intuito de evitar que o fluxo de refugiados pelos eixos terrestres comprometa o Mvt Rtg ou exponha os civis a riscos desnecessários.

6.2.3 OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AS AGÊNCIAS

6.2.3.1 São operações executadas por elementos da F Ter em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências.

6.2.3.2 Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

6.2.3.3 Mesmo durante as operações de combate convencional de maior envergadura, será impositiva a execução de operações de cooperação e coordenação com agências.

6.2.3.4 As tarefas que a DE está apta a realizar encontram-se elencadas em suas Bases Doutrinárias.

6.3 OPERAÇÕES COMPLEMENTARES

6.3.1 A fim de ampliar, aperfeiçoar e/ou complementar as operações básicas, a DE pode executar, conforme planejamento do Esc Sp, algumas operações complementares. Além disso, ela também pode planejar a execução, por seus elementos subordinados, destes mesmos tipos de operações.

6.3.2 A DE pode planejar a execução, por seus elementos subordinados, das seguintes operações complementares: transposição de curso de água; aeromóvel; de segurança; contra forças irregulares; de dissimulação; de informação; de busca, combate e salvamento; de evacuação de não combatentes; de junção; de interdição; anfíbia; ribeirinha; contra desembarque anfíbio; de abertura de brecha; e em área urbana.

6.3.3 TRANSPOSIÇÃO DE CURSO DE ÁGUA

6.3.3.1 As características do ambiente operacional indicam que, com frequência, as forças terrestres se defrontarão com rios obstáculos, de vulto variável, que devem ser transpostos no mais curto prazo, tendo em vista minimizar a perda da impulsão das operações.

6.3.3.2 A operação de transposição de curso de água visa a levar o poder de combate para a margem oposta, transpondo um obstáculo aquático, assegurando a integridade e a impulsão das forças.

6.3.3.3 O estabelecimento de uma cabeça de ponte é, normalmente, o meio utilizado para permitir o prosseguimento das operações na segunda margem, o que deve ocorrer logo que as condições o permitam.

6.3.3.4 A transposição pode ser imediata ou preparada. A transposição imediata é uma operação de transposição de curso de água planejada e executada com um mínimo de perda de impulsão pela tropa que se defronta com o obstáculo. Na transposição preparada, a tropa atacante é obrigada a uma parada para a concentração das forças e dos meios de travessia necessários, caracterizando perda de impulsão. A análise das características fisiográficas do rio obstáculo e do terreno adjacente, a aptidão defensiva do inimigo e as capacidades disponíveis na DE determinarão o tipo de transposição mais apropriado a cada situação.

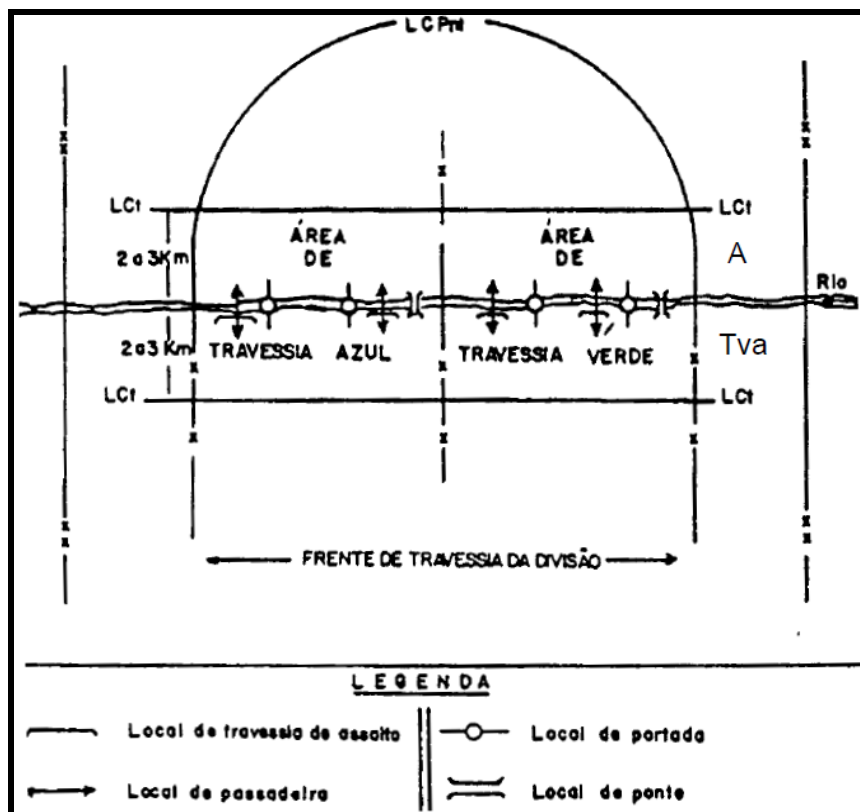


Fig 6-8 – A DE na Transposição de Curso de Água

6.3.3.5 Pelas suas capacidades, a DE está apta para executar operações de transposição de cursos de água obstáculos. Para tanto, e facilitada pela flexibilidade da composição de seus meios, a DE deverá receber elementos de apoio ao combate, em especial de engenharia, necessários a esse tipo de operação.

6.3.3.6 A DE inicia o planejamento da campanha verificando a existência de cursos de água obstáculos, que possam interferir nas operações planejadas, e as necessidades de apoio de outras forças amigas ou de unidades de tropas especiais. Com isso, o EM divisionário poderá realizar as coordenações necessárias com os comandos apropriados e identificar as necessidades logísticas específicas.

6.3.3.7 Esse planejamento tem como característica desenvolver-se da frente para a retaguarda ou, mais precisamente, da segunda para a primeira margem, seguindo a sequência: seleção da cabeça de ponte desejável, determinação do dispositivo para a manutenção da cabeça de ponte, determinação do grau de resistência desejável ao longo da cabeça de ponte, estimativa do tempo

necessário para a conquista da cabeça de ponte, estabelecimento de medidas de coordenação e controle, determinação do dispositivo para a conquista da cabeça de ponte, estabelecimento das medidas de dissimulação tática da operação e confecção de planos.

6.3.3.8 O emprego de medidas de dissimulação tática recebe ênfase nas operações de transposição de cursos de água, a fim de iludir o inimigo, induzindo-o a reagir de modo vantajoso para a manobra da DE.

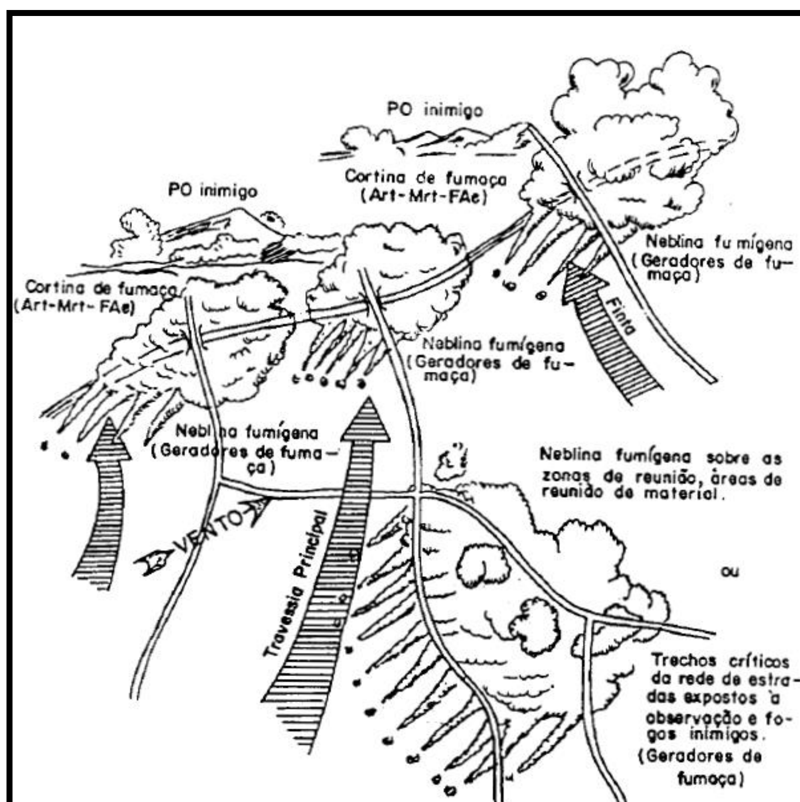


Fig 6-9 – Tipos de cobertura fumígena

6.3.3.9 A DE designará um elemento antiaéreo para controlar e coordenar a defesa antiaérea do rio ao longo da frente de travessia.

6.3.3.10 A defesa terrestre inclui o ataque e a neutralização dos remanescentes inimigos, das patrulhas inimigas, dos guerrilheiros e das forças de infiltração; e a proteção contra minas flutuantes, embarcações fluviais e equipes de demolição subaquáticas.

6.3.4 AEROMÓVEL

6.3.4.1 É aquela realizada por Força de Helicópteros (F Hlcp) ou Força-Tarefa Aeromóvel (FT Amv) (tropa embarcada em aeronaves de asa rotativa), visando ao cumprimento de missões de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, em benefício de determinado elemento da F Ter.

6.3.4.2 A DE planeja a execução de uma Operação Aeromóvel (Op Amv), a fim de obter surpresa; atuar em maior profundidade; explorar a velocidade do helicóptero para imprimir maior ritmo às suas operações, arrebatando a iniciativa; isolar o campo de batalha; prover segurança à sua manobra; incrementar a letalidade da Divisão; e explorar os efeitos psicológicos das manobras de envolvimento vertical, realizadas na retaguarda inimiga.

6.3.4.3 As Op Amv são particularmente dependentes da situação aérea e estão condicionadas às possibilidades de defesa aérea e antiaérea inimigas. A coordenação e o controle do espaço aéreo são fatores fundamentais para a execução destas operações. Além das capacidades técnicas disponíveis na Av Ex, as condições meteorológicas e os fatores ambientais – como a luminosidade residual, por exemplo – também interferem em sua realização. Entretanto, nenhum desses aspectos constitui fator impeditivo para o uso desse valioso recurso. Com criatividade, engenhosidade, flexibilidade e simplicidade, o EM divisionário é capaz de mitigar os óbices ao emprego eficaz da F Hlcp e/ou FT Amv.

6.3.4.4 As Op Amv podem ser agrupadas em três tipos: de combate; de apoio ao combate; e de apoio logístico.

6.3.4.4.1 As Operações de Combate (Op Cmb) são o Reconhecimento Aeromóvel (Rec Amv); a Segurança Aeromóvel (Seg Amv); o Ataque Aeromóvel (Atq Amv); o Assalto Aeromóvel (Ass Amv); a Incursão Aeromóvel (Inc Amv); a Infiltração Aeromóvel (Infl Amv); e a Exfiltração Aeromóvel (Exfl Amv).

6.3.4.4.2 As Operações de Apoio ao Combate (Op Ap Cmb) são Comando e Controle (C^2); GE; Observação Aérea; Observação de Tiro; e Reconhecimento e Vigilância QBRN.

6.3.4.4.3 As Operações de Apoio Logístico (Op Ap Log) são Suprimento Aeromóvel; Transporte Aeromóvel; Lançamento Aeromóvel; Busca, Combate e Salvamento (BCS); Controle de Danos; e Evacuação Aeromédica (Ev Aem).

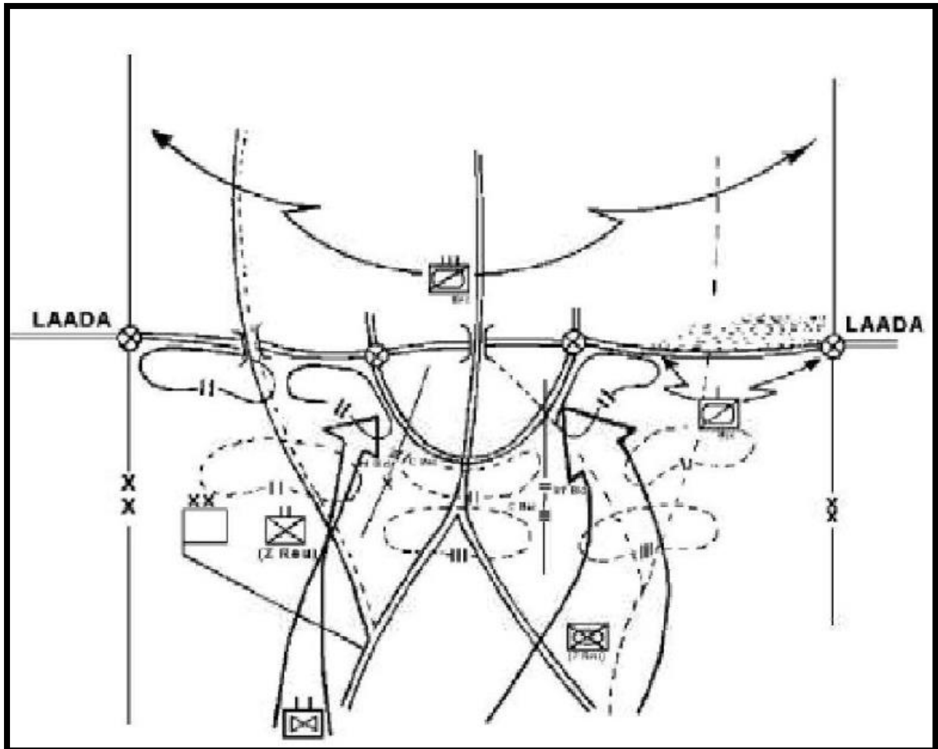


Fig 6-10 – Atq Amv em uma Defesa Móvel

6.3.4.5 A DE deverá evitar a dissipação do potencial de sua F Hlcp, não a empregando de forma fracionada, em apoio aos comandos subordinados.

6.3.4.6 Em face do valor da F Hlcp, suas bases devem contar com medidas adicionais de segurança, tais como: cobertura de defesa antiaérea, dispersão geográfica e proteção contra forças de incursão, incluindo forças de operações especiais e forças irregulares.

6.3.4.7 O MC A Aviação do Exército nas Operações – EB70-MC-10.204, 1ª Edição, 2019, descreve as tarefas da Av Ex, enquadradas nas diversas funções de combate e nas diferentes Operações Básicas, Complementares e nas Ações Comuns.

6.3.5 DE SEGURANÇA

6.3.5.1 Consiste numa operação militar que tem por objetivo geral a manutenção da liberdade de manobra e a preservação do poder de combate necessário ao emprego eficiente da força principal.

6.3.5.2 Tem por finalidades negar ao inimigo o uso da surpresa e do monitoramento; impedir que o inimigo interfira, de modo decisivo, nas ações da força principal; restringir a liberdade de atuação do inimigo nos ataques a pontos sensíveis; manter a iniciativa das ações da força principal; e preservar o sigilo das operações.

6.3.6 CONTRA FORÇAS IRREGULARES

6.3.6.1 Compreende um conjunto abrangente de esforços integrados (civis e militares) desencadeados para derrotar Forças Irregulares (F Irreg), caracterizadas por organização não institucionalizada, nacionais ou estrangeiras, dentro ou fora do território nacional.

6.3.6.2 Nesse tipo de operação, a missão das forças militares (convencionais e de operações especiais) é erradicar a ameaça proveniente das F Irreg, sobretudo seu braço armado, isolando-o de seus apoios locais, desmantelando sua infraestrutura e neutralizando seu poder de combate.

6.3.6.3 Mesmo nas operações de combate convencional de maior envergadura, a DE deve estar em condições de empregar parte de seus meios em operações contra forças irregulares, sobretudo, em sua área de retaguarda. É possível, também, que existam forças irregulares amigas atuando no interior da Z Aç da DE. Nesse caso, avulta de importância a coordenação entre o EM divisionário e as forças de Operações Especiais em presença.

6.3.7 DE DISSIMULAÇÃO

6.3.7.1 A Operação de Dissimulação (Op Dsml) contribui para a segurança e para a surpresa, aumentando a probabilidade de sucesso, no contexto de uma operação de maior vulto. Ela pode ser usada para compensar um poder relativo de combate desfavorável e permitir o emprego judicioso de meios e tempo. Agrega uma série de capacidades relacionadas à informação, influenciando grupos e indivíduos.

6.3.7.2 No planejamento de uma Op Dsml, o Cmt DE define a finalidade e os objetivos da dissimulação e baixa sua diretriz.

6.3.7.3 No estudo do oponente, o Cmt DE levanta as deficiências e vulnerabilidades e os preconceitos possíveis de serem explorados na montagem da Op Dsml. O EM conjectura como o alvo de dissimulação deve comportar-se para que os objetivos estabelecidos pelo Cmt sejam atingidos, preparando a estória de dissimulação.

6.3.7.4 A estória de dissimulação é preparada como a montagem de um cenário fictício, composto de eventos que irão induzir o oponente a adotar uma

postura favorável às nossas ações. Esse cenário é fragmentado em ações, que são expostas, por meio de vetores, ao sistema de Inteligência do oponente. Em outras palavras, o cenário fictício é apresentado ao oponente fracionado ou desmontado em partes, para que seja percebido, coletado e remontado por ele, durante a sua análise de Inteligência.

6.3.7.5 Os riscos e os benefícios são analisados para execução da Op Dsml, pois os esforços e os recursos são significativos e sempre existe a possibilidade de insucesso. Em seguida, é realizado o estudo detalhado do tempo para assegurar que a operação atinja o objetivo com oportunidade, gerando os efeitos desejados.

6.3.7.6 O Cmt, ciente dos riscos, dos benefícios, do tempo disponível e da estória, deve decidir pela Linha de Ação que melhor atenda à operação principal. O decisor oponente (alvo), induzido pela estória de dissimulação, deverá reagir conforme nossas expectativas.

6.3.7.7 A fase de conclusão da dissimulação deve caracterizar o atendimento da finalidade da operação. O alvo não deve ficar sabendo que foi enganado, a fim de facilitar futuras Op Dsml. Caso contrário, as oportunidades para ludibriar o oponente tornar-se-ão, de forma crescente, restritas. A operação deve ser encerrada, de forma a garantir o sigilo da dissimulação.

6.3.8 DE INFORMAÇÃO

6.3.8.1 Consiste na atuação integrada das Capacidades Relacionadas à Informação (CRI), em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos. Protege o ciclo decisório da Força, afetando o do oponente. Além disso, visa a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na dimensão informacional.

6.3.8.2 As CRI contribuem para a condução das Operações de Informação (Op Info), destacando-se: Comunicação Social (Com Soc); Op Psc; GE; G Ciber; e Inteligência (Intlg). Além destas, outros recursos, como As Civ, também estão relacionados às Op Info. Todavia, cabe ressaltar que as Op Info vão além da mera reunião das CRI. Compete ao EM da DE integrar, coordenar e sincronizar ações cinéticas e não cinéticas nas dimensões física, humana e informacional.

6.3.8.3 A DE, quando estiver planejando uma Op Info, busca obter vantagens que resultem em efeitos alinhados, com a conquista dos objetivos do Esc Sp. O Cmt DE deve decidir o que estima alcançar, por ocasião do término das operações, relacionando os seus alvos e públicos-alvo da A Op aos seus objetivos. O Cmdo DE deve entender e explorar o fato de que, até mesmo as ações cinéticas no nível tático, empreendidas na dimensão física do campo de batalha, possuem uma interface e uma relação de subordinação com as ações não cinéticas, executadas nas dimensões humana e informacional. Sendo

assim, o Cmdo DE deve agregar valor psicológico às ações de combate, tornando seus resultados passíveis de serem potencializados, por meio da propaganda, nos níveis político, estratégico e operacional.

6.3.8.4 A continuidade das Op Info exige que todos os vetores envolvidos tenham orientação detalhada em relação ao tempo (momento oportuno) e à frequência de execução das Op Info planejadas.

6.3.8.5 Para serem eficazes, o EM, particularmente a célula do E8, deve integrar e sincronizar os efeitos das ações das CRI e os demais recursos disponíveis das Op Info com outras ações em curso, com vistas a garantir o momento, o lugar e a finalidade dessas operações, alinhadas com o planejamento, a preparação, execução e avaliação do comando enquadrante.

6.3.8.6 De uma maneira geral, o planejamento das Op Info deve ser orientado com base nas seguintes premissas: integração e sincronização de esforços das CRI, e dos demais recursos disponíveis, e confecção de um Plano de Operações de Informação.

6.3.8.7 Os detalhes sobre o planejamento e a condução das Op Info e a coordenação das CRI podem ser obtidos no MC Operações de Informação – EB70-MC-10.213, 2ª Edição, 2019.

6.3.9 DE BUSCA, COMBATE E SALVAMENTO

6.3.9.1 A operação de BCS consiste no emprego de todos os meios disponíveis, a fim de localizar e socorrer aeronaves abatidas ou acidentadas, navios, materiais e instalações diversas, avariadas ou sinistradas, no mar ou em terra e, também, socorrer suas tripulações ou pessoas em perigo.

6.3.9.2 A BCS visa a detectar, identificar, localizar e recuperar pessoal em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis do TO/A Op, por meio de equipes especializadas, nas situações de conflito armado, estabelecendo um local que esteja dentro do alcance de forças amigas para a extração.

6.3.9.3 As operações de BCS são executadas em proveito das frações da F Helcp e da Força de Superfície (F Spf), que operam, geralmente, em território hostil, com possibilidade de confronto. Dessa forma, em toda Op Amv deve haver um plano de BCS, a fim de evitar essa situação desfavorável e possibilitar a rápida evacuação do pessoal extraviado.

6.3.9.4 O êxito de uma operação de BCS depende da rápida obtenção de todas as informações disponíveis relacionadas à situação, pois a probabilidade de se encontrar sobreviventes reduz-se com o passar do tempo. Por isso, deve-se buscar a máxima integração entre os planejamentos das ações e das demais tarefas inseridas dentro de um quadro de Op Amv. Os planos e ordens devem

ser claros quanto aos procedimentos a serem adotados no caso de aeronaves abatidas pelo inimigo ou, mesmo, em casos de quedas decorrentes de pane ou acidentes.

6.3.10 DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

6.3.10.1 A operação de evacuação de não combatentes é decorrente de situações de crise no país anfitrião, que podem ter consequências nas áreas humanitárias, militares ou políticas, como nos casos de conflitos regionais, instabilidade interna, catástrofes causadas por fenômenos naturais ou acidentes de grandes proporções ambientais.

6.3.10.2 A DE deve contribuir para a execução da operação, por meio de planejamentos flexíveis que contemplem planos de evacuação de contingentes, incluindo as tarefas previstas para a evacuação de pessoal.

6.3.10.3 A operação de evacuação de não combatentes necessita de um planejamento peculiar e possui uma terminologia própria, relacionada ao Direito Internacional dos Conflitos Armados, no que se refere ao fluxo dos evacuados, em situações que podem ou não contar com a colaboração ou autorização do país de origem.

6.3.11 DE JUNÇÃO

6.3.11.1 A junção é uma operação que envolve a ação de duas forças terrestres amigas que buscam se ligar diretamente. Pode ser realizada entre uma força em deslocamento e outra estacionária, ou entre duas forças em movimentos convergentes.

6.3.11.2 Tal ligação pode ocorrer nas seguintes situações: em operações aeroterrestres ou aeromóveis, na substituição de uma força isolada, em um ataque para juntar-se à força de infiltração, na ruptura do cerco a uma força, no auxílio a uma força dividida, na convergência de forças independentes e no encontro com forças de guerrilha amigas.

6.3.11.3 Quando uma operação de junção ocorre entre uma força estacionária e uma força móvel (força de junção), ela decorre de uma ação ofensiva da força de junção que procura estabelecer o contato físico entre ambas. Tal ação é executada ao mesmo tempo que uma ação predominantemente defensiva, realizada pela força estacionária, com a finalidade de manter a posse da região onde será feita a junção. Esse é o típico caso de junção com forças aeroterrestres e forças aeromóveis.

6.3.11.4 A junção a uma força cercada, normalmente, envolve uma ação ofensiva robusta da força de junção, coordenada com um contra-ataque

localizado, empreendido pela própria força cercada. Com essa manobra, busca-se o rompimento da linha de cerco.

6.3.11.5 Em uma manobra ofensiva convergente, a operação de junção visa a cercar forças inimigas, colhidas no interior de um bolsão.

6.3.11.6 A DE, ao planejar uma operação de junção, deve privilegiar o detalhamento das medidas de coordenação e controle, considerando o elevado risco de fratricídio em operações dessa natureza. Para isso, deve adotar, dentre outras, as seguintes medidas: definição das relações e responsabilidades de comando, ligações de comando e de EM; coordenação dos esquemas de manobra; medidas de coordenação de fogos; compatibilização dos sistemas de comando e controle; coordenação e troca de planos de comunicações; estabelecimento de um sistema de reconhecimento mútuo; e ações a serem realizadas após a junção.

6.3.12 DE INTERDIÇÃO

6.3.12.1 É a operação executada para dificultar ou impedir que o inimigo se beneficie de determinada região, de instalações ou de materiais. As ações realizadas nessa operação abrangem, normalmente, o emprego de fogos aéreos e de artilharia, ocupação da área por forças terrestres, infiltração de tropas de operações especiais, sabotagens, barreiras e ações de guerrilha.

6.3.12.2 Os planos de interdição contêm as operações de interdição inerentes a cada elemento, que seleciona seus objetivos e estabelece os meios e maneiras de atingi-los. Os planos são executados mediante ordem.

6.3.12.3 A interdição restringe o movimento e a manobra do inimigo e interfere, significativamente, no seu sistema de comando e controle. Contribui, ainda, para a segurança das forças amigas.

6.3.12.4 As operações de interdição devem ser realizadas o mais em profundidade possível, concentrando-se sobre os eixos que incidem na área de operações.

6.3.13 ANFÍBIA

6.3.13.1 A operação anfíbia consiste em um desembarque de forças terrestres em litoral defendido por forças oponentes ou em sua retirada de um litoral, por meios navais, em virtude da ação do inimigo. Integra forças navais, terrestres e aéreas em um esforço militar unificado.

6.3.13.2 Uma operação anfíbia inclui o planejamento, o embarque de meios (pessoal e material), ensaios, a travessia para a área do objetivo, o desembarque de tropas de assalto, de suprimentos e equipamentos de

acompanhamento e o apoio à força de desembarque até o término da operação. Não inclui o aprestamento das forças e o treinamento preliminar das operações, nem as operações subsequentes à conquista e consolidação da cabeça de praia.

6.3.13.3 Relações de comando bem definidas e acentuada colaboração entre todos os vetores participantes são essenciais.

6.3.14 RIBEIRINHA

6.3.14.1 Constitui uma operação com o propósito de obter e manter o controle de parte ou toda uma área ribeirinha, ou para negá-la ao inimigo. Exige, normalmente, o controle simultâneo das hidrovias selecionadas e respectivas margens.

6.3.14.2 Essas operações requerem maior mobilidade que a do inimigo, que pode ser obtida mediante o emprego de forças aeromóveis ou explorando ao máximo a mobilidade fluvial.

6.3.14.3 Ao planejar uma operação ribeirinha, a DE deve prever as seguintes medidas: conquista, posse ou manutenção dos acidentes capitais que permitam controlar a circulação na área; controle da população; domínio dos cursos de água; e superioridade aérea.

6.3.15 CONTRA DESEMBARQUE ANFÍBIO

6.3.15.1 É uma operação eminentemente conjunta, executada por forças destinadas à defesa do litoral contra ações de desembarque anfíbio inimigo.

6.3.15.2 Em um ambiente permeável, como o mar, é sempre possível a ocorrência de desembarques anfíbios, de incursões ou de bombardeios navais inimigos sobre a área terrestre adjacente ao litoral.

6.3.15.3 Por envolver o emprego de meios heterogêneos, deve ser dada especial atenção à coordenação das ações.

6.3.15.4 Para se opor eficazmente a um desembarque anfíbio, a tropa defensora deverá procurar desgastar e desorganizar o inimigo pelo fogo, durante seu deslocamento para a praia e na iminência do desembarque. Caso o desembarque se concretize, a tropa defensora deverá limitar a cabeça de praia e atacar o inimigo para destruí-lo.

6.3.15.5 Constituem-se fatores de êxito para uma operação contra desembarque anfíbio inimigo, dentre outros: integração e sincronização das ações dos componentes terrestre, naval e aéreo, durante todas as fases da operação; atuação da Força Naval e da Força Aérea, o mais longe possível,

sobre a esquadra inimiga; maciço emprego de fogos aéreos, navais e terrestres de longo alcance; realização de fogos (indiretos e diretos) de menor alcance, durante os preparativos para o desembarque e sua execução; e ação da F Ter para impedir a consolidação da cabeça de praia e para expulsar a força invasora.

6.3.15.6 A decisão que envolve a distribuição da maioria dos meios terrestres ao longo da costa ou a manutenção de uma reserva forte, apta a contra-atacar e destruir a(s) cabeça(s) de praia inimiga(s), depende da extensão do litoral a ser defendido; das informações sobre a intenção do inimigo; e da capacidade do poderio aéreo inimigo e dos seus fogos de longo alcance impedirem a movimentação da reserva.

6.3.16 DE ABERTURA DE BRECHA

6.3.16.1 A operação de abertura de brecha consiste na preparação e execução de uma passagem ou caminho que se abre através dos obstáculos inimigos para permitir a progressão de pessoal ou tropas.

6.3.16.2 A operação de abertura de brecha é uma operação que apresenta as seguintes condicionantes: necessidade de grande quantidade de equipamento peculiar e de pessoal especializado; superioridade aérea nos momentos e locais escolhidos para a abertura de passagens; e maciça superioridade de poder de combate, particularmente no que se refere ao apoio de fogo e engenharia.

6.3.16.3 Os trabalhos realizados para permitir o desembocar do ataque, normalmente, incluem a abertura de trilhas e brechas em obstáculos, construção e balizamento de vaus e identificação de obstáculos.

6.3.16.4 Cabe à engenharia em apoio, inicialmente, a missão de abrir brechas nos obstáculos de maior vulto que protegem a posição inimiga.

6.3.17 EM ÁREA URBANA

6.3.17.1 Operação em área urbana é aquela realizada com o propósito de obter e manter o controle de parte ou de todo um núcleo urbano, ou para negá-lo ao inimigo.

6.3.17.2 Nesse contexto, áreas urbanas são aquelas em que estão inseridos elementos distintos que se inter-relacionam de forma intensa, tais como: população, infraestruturas, terreno e meios de comunicação de massa. O ambiente urbano não é homogêneo, mesmo uma única cidade abriga diferentes tipos de configurações, que variam desde zonas edificadas robustas até aglomerações subnormais, carentes de infraestrutura básica. Em termos

humanos, as cidades também abrigam diferentes subculturas. Tudo isso aufere enorme complexidade às operações urbanas.

6.3.17.3 As áreas edificadas contêm estruturas resistentes de alvenaria ou de concreto armado e aço, que podem ser modificadas para fins de defesa, tornando-se áreas fortificadas. As edificações são dispostas em quarteirões, podendo ser regulares ou não. O bombardeio indiscriminado produz crateras e massas de escombros que restringem, ainda mais, a mobilidade e acentuam o valor defensivo do terreno.

6.3.17.4 Como em toda operação de combate, o prévio levantamento dos objetivos é essencial ao desencadeamento das operações em área urbana. Entretanto, os meios de Inteligência militar (sistema aéreo remotamente pilotado - SARP, imagens aéreas ou satelitais etc.) podem sofrer grandes restrições na busca de dados, como dispositivo e poder de combate do inimigo, tendo em vista as características específicas desse ambiente (subsolo, áreas interiores etc.). Assim, as fontes humanas (elementos de Inteligência, simpatizantes, forças irregulares, entre outros) podem ser as mais efetivas na busca de informações.

6.3.17.5 Nas operações em área urbana, normalmente, os objetivos são acidentes capitais que permitem controlar e dominar vias e infraestruturas estratégicas (zonas industriais, estações de energia, depósitos, hospitais, pontes, aeródromos, portos, prédios públicos etc.) que favoreçam o comando e controle, a proteção e o apoio logístico, ou, ainda, que possuam enorme apelo psicológico.

6.3.17.6 A expressiva presença de civis é um aspecto fundamental e indissociável das operações em ambiente urbano. Mesmo que parcela significativa dos habitantes locais seja evacuada, a dimensão humana assume importância decisiva para as operações. Nesse contexto, as atividades de assuntos civis revestem-se de extrema relevância e complexidade.

6.3.17.7 As operações em área urbana exigem o máximo de operações de informação, precedidas de operações de Inteligência. Essas operações englobam ações dissuasivas, cerco, isolamento, investimento, vasculhamento, interdição da área edificada, negociação e manutenção da ordem na área de operações e restabelecimento do governo civil. O apoio da população é uma meta importante, sem ele as demais ações podem sofrer restrições. O desencadeamento de operações psicológicas é relevante, considerando a diversidade de públicos-alvo existentes em uma única cidade. Paralelamente, atividades de Com Soc e de cooperação civil-militar devem ser executadas, visando a obter o maior apoio possível da população local e preservar a imagem das tropas junto à opinião pública e a assegurar a consecução dos objetivos da campanha militar.

6.3.17.8 O Cmt DE deve dar especial atenção à velocidade de progressão; às medidas de coordenação e controle; à precisão dos fogos e seus efeitos; e ao incremento do número de baixas, incluindo entre os não combatentes. Via de regra, as operações urbanas são mais lentas, exigem um maior adensamento de tropas e resultam em mais baixas entre os elementos em contato.

6.3.17.9 O combate em áreas edificadas caracteriza-se pelas ações aproximadas, pela limitação da observação e dos campos de tiro, pela canalização do movimento de veículos e significativa dificuldade de comando e controle. O emprego de carros de combate em ambiente urbano é imprescindível e decisivo. O largo uso do binômio infantaria-carro é crucial. FT valor U e SU, constituídas por pequenas equipes híbridas de infantaria a pé, carros de combate e elementos de Engenharia de combate, apoiadas por morteiros, armas anticarro e atiradores de precisão, são extremamente eficazes. O efeito destrutivo e a precisão dos fogos diretos, executados pelos canhões dos carros de combate, proporcionam a eficácia necessária e reduzem os danos colaterais decorrentes do emprego da Artilharia. As armas anticarro constituem um ótimo recurso para a neutralização de casamatas e barricadas de concreto.

6.3.17.10 Operações aeromóveis proporcionam surpresa e maior flexibilidade à manobra da DE. Medidas adicionais de segurança devem ser adotadas em face da existência de obstáculos ao pouso das aeronaves e ao desembarque de tropas, bem como em relação aos fogos de armas portáteis localizadas nas partes mais altas das edificações.

6.3.17.11 A defesa “alveolar”, constituída por uma intrincada rede de pontos fortes, proporciona economia de meios aos defensores. A preparação do terreno também inclui o lançamento de armadilhas, que reduzem, ainda mais, o ritmo da progressão das forças atacantes e degrada-lhes o moral.

6.3.17.12 A enorme permeabilidade do terreno urbano, sobretudo para aqueles que o conhecem bem, favorece o emprego de atiradores de precisão e pequenos grupos de incursão.

6.3.17.13 As operações em área urbana requerem execução descentralizada. Com isso, o estabelecimento das comunicações, de forma efetiva, em todos os escalões, é ponto crítico para o sucesso da missão.

6.3.17.14 Em áreas urbanas, além dos habitantes locais, podem estar presentes refugiados, agências governamentais, organizações não governamentais (ONG) e mídias internacionais, que coexistem no ambiente conflagrado. Todos os elementos da DE devem estar orientados e preparados para lidar com esses públicos-alvo.

6.3.17.15 Durante o planejamento, o EM da DE deve estar atento para os seguintes aspectos físicos de uma área edificada: terreno adjacente e recursos locais, tamanho da área edificada, diferentes formas de ordenamento urbano e acidentes capitais. Porém, tão importante quanto os aspectos inerentes à dimensão física, são as dimensões humana e informacional que caracterizam o ambiente urbano.

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

7.1.1 Quando a DE estiver subordinada ao C Ex, o EM divisionário não deverá receber as atribuições de realizar o planejamento da campanha terrestre do TO; realizar a interface com os níveis político e estratégico; e analisar riscos e gerenciar crises que venham a impactar o resultado da campanha e a imagem da F Ter. Tais atribuições serão de responsabilidade dos escalões que a enquadram.

7.1.2 Em princípio, a cada nova missão deve corresponder uma nova organização da DE, mantendo-se a flexibilidade de enquadrar novos meios, permutar e/ou perder elementos no curso das operações.

7.1.3 O poder de combate da Divisão não fica restrito apenas ao que lhe é proporcionado por seus elementos subordinados. Tal poder é, normalmente, aumentado pelas forças em apoio às suas operações e pela participação das demais forças singulares e demais agências e órgãos nacionais e internacionais.

7.2 OUTRAS SITUAÇÕES

7.2.1 Caso o Grande Comando Operativo seja empregado em uma operação de paz, sua organização e composição estarão condicionadas ao mandato estabelecido pelo Organismo Internacional sob o qual opera. Ainda nesse caso, os aspectos relativos à organização e estruturação de que trata este manual podem ser utilizados naquilo que for aplicável.

7.2.2 Caso a DE seja empregada como força expedicionária, composta por tropa e/ou oficiais de EM de mais de um país, receberá a designação de Grande Comando Operativo Combinado. A organização e o emprego da DE combinada levam em consideração, além dos aspectos contidos neste manual, as ordens, diretrizes e especificidades da Força combinada ou do comando multinacional no qual se enquadra.

7.2.3 Os Manuais de Campanha, relacionados às operações básicas e complementares, contêm os fundamentos e princípios que abordam o emprego em operações da DE.

GLOSSÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS

A

Abreviaturas/Siglas	Significado
AAe	Antiaéreo
AAAe	Artilharia Antiaérea
AD	Artilharia Divisionária
Amv	Aeromóvel
A Op	Área de Operações
Ap Ge Eng	Apoio Geral de Engenharia
Ap MCP	Apoio de Mobilidade, Contramobilidade e Proteção
Apvt Exi	Aproveitamento do Êxito
ARP	Área de Responsabilidade
As Civ	Assuntos Civis
Ass Amv	Assalto Aeromóvel
Atq	Ataque
Atq Amv	Ataque Aeromóvel
Av Ex	Aviação do Exército

B

Abreviaturas/Siglas	Significado
B Av Ex	Batalhão de Aviação do Exército
Ba Log Cj	Base Logística Conjunta
B Com	Batalhão de Comunicações
B Op Psc	Batalhão de Operações Psicológicas
BCS	Busca, Combate e Salvamento
Bda Av Ex	Brigada de Aviação do Exército
Bia C	Bateria de Comando
BLB	Base Logística de Brigada
BLT	Base Logística Terrestre

C

Abreviaturas/Siglas	Significado
C Ex	Corpo de Exército
C^2	Comando e Controle
CAF	Coordenador do Apoio de Fogo
Ch EM	Chefe do Estado-Maior
Cia As Civ	Companhia de Assuntos Civis
Cia C	Companhia de Comando
Cia GE	Companhia de Guerra Eletrônica
Ciber	Cibernética
CIM	Companhia de Inteligência Militar
CIMIC	Cooperação Civil-Militar
CLTO	Comando Logístico do Teatro de Operações
Cmdo	Comando
Cmt	Comandante
COAAe	Centro de Operações Antiaéreas
COAT	Centro de Operações Aéreas do Teatro
Com Soc	Comunicação Social
COMAE	Comando Aeroespacial
COT	Centro de Operações Táticas
CRI	Capacidades Relacionadas à Informação
Ct Op	Controle Operacional

D

Abreviaturas/Siglas	Significado
D Aepc	Defesa Aeroespacial
DE	Divisão de Exército
Def Mv	Defesa Móvel
DMT	Doutrina Militar Terrestre
DQBRN	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
Dst Log	Destacamento Logístico

E

Abreviaturas/Siglas	Significado
E Com Elt	Elemento de Comunicações e Eletrônica
EB	Exército Brasileiro
ECAF	Elemento de Coordenação de Apoio de Fogo
ED A Ae	Elemento de Defesa Antiaérea
EE	Elemento de Engenharia
EGQBR	Elemento de Guerra Química, Biológica e Radiológica
Elm Lig Av Ex	Elemento de Ligação de Aviação do Exército
EM	Estado-Maior
Eng DE	Engenharia de Divisão de Exército
Esc Sp	Escalão Superior
Ev Aem	Evacuação Aeromédica
Exfl Amv	Exfiltração Aeromóvel

F

Abreviaturas/Siglas	Significado
F Ae	Força Aérea
F Apvt Exi	Força de Aproveitamento do Êxito
F Cob	Força de Cobertura
F Hlcp	Força de Helicópteros
F Irreg	Forças Irregulares
F Op	Fase Operativa
F Spf	Força de Superfície
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FAC	Força Aérea Componente
FE	Forças Especiais
FT	Força-Tarefa
FTC	Força Terrestre Componente

G

Abreviaturas/Siglas	Significado
GAAAe	Grupo de Artilharia Antiaérea
G Ciber	Guerra Cibernética
GE	Guerra Eletrônica
Gpt E	Grupamento de Engenharia
Gpt Log	Grupamento Logístico
GU	Grande Unidade

I

Abreviaturas/Siglas	Significado
IM	Inteligência Militar
Img	Imagem
Inc Amv	Incursão Aeromóvel
Infl Amv	Infiltração Aeromóvel
Intlg	Inteligência

L

Abreviaturas/Siglas	Significado
LAADA	Limite Anterior da Área de Defesa Avançada
LAT	Limite Avançado de Trabalho

M

Abreviaturas/Siglas	Significado
M Cmb	Marcha para o Combate
MC	Manual de Campanha
Mvt Rtg	Movimento Retrógrado

O

Abreviaturas/Siglas	Significado
O Com Elt	Oficial de Comunicações e Eletrônica
O Lig	Oficial de Ligação
OI	Órgãos de Inteligência
OM	Organização Militar
ONG	Organização Não Governamental
Op Amv	Operação Aeromóvel
Op Ap Cmb	Operação de Apoio ao Combate
Op Ap Log	Operação de Apoio Logístico
Op Cmb	Operações de Combate
Op Dmsl	Operação de Dissimulação
Op Esp	Operações Especiais
Op Info	Operações de Informação
Op Psc	Operações Psicológicas

P

Abreviaturas/Siglas	Significado
P Cmb	Poder de Combate
P Lig	Ponto de Ligação
PAF	Plano de Apoio de Fogo
PAG	Posto Avançado Geral
PC	Posto de Comando
PE	Polícia do Exército
PPCOT	Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres

Q

Abreviaturas/Siglas	Significado
QO	Quadro de Organização

R

Abreviaturas/Siglas	Significado
RDA	Região de Defesa Aeroespacial
Rec Amv	Reconhecimento Aeromóvel

S

Abreviaturas/Siglas	Significado
SARP	Sistema Aéreo Remotamente Pilotado
Seç Com, GE e Ciber	Seção de Comunicações, Guerra Eletrônica e Cibernética
Seg Amv	Segurança Aeromóvel
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SU	Subunidade

T

Abreviaturas/Siglas	Significado
TO	Teatro de Operações
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos

U

Abreviaturas/Siglas	Significado
U	Unidade

Z

Abreviaturas/Siglas	Significado
Z Aç	Zona de Ação
Z Reu	Zona de Reunião

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Aviação do Exército nas Operações**. EB70-MC-10.204. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Cavalaria nas Operações**. EB70-MC-10.222. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Engenharia de Corpo de Exército e de Divisão de Exército**. EB70-MC-10.245. 1 ed. Brasília, DF: COTER, 2020.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Engenharia nas Operações**. EB70-MC-10.237. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Guerra Eletrônica na Força Terrestre**. EB70-MC-10.201. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Infantaria nas Operações**. EB70-MC-10.228. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Logística nas Operações**. EB70-MC-10.216. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Artilharia de Campanha nas Operações**. EB70-MC-10.224. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **As Comunicações na Força Terrestre**. EB70-MC-10.241. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Contrainteligênica**. EB70-MC-10.220. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2019.

EB70-MC-10.243

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Corpo de Exército**. EB70-MC-10.244. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2020. No prelo.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Defesa Antiaérea**. EB70-MC-10.231. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Defesa Antiaérea nas Operações**. EB70-MC-10.235. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear**. EB70-MC-10.233. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2016.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nas Operações**. EB70-MC-10.234. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Força Terrestre Componente**. EB70-MC-10.225. 1 ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Guerra Cibernética**. EB70-MC-10.232. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Logística Militar Terrestre**. EB70-MC-10.238. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **O Comando de Operações Especiais**. EB70-MC-10.305. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operação em Área Edificada**. EB70-MC-10.303. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Aeromóveis**. EB70-MC-10.218. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações de Informação**. EB70-MC-10.213. 2. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Especiais**. EB70-MC-10.212. 3. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Ofensivas e Defensivas**. EB70-MC-10.202. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Psicológicas**. EB70-MC-10.230. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações**. EB70-MC-10.223. 5. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar**. EB70-MC-10.307. 1 ed. Brasília, DF: COTER, 2016.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **A Divisão de Exército**. C 61-100. 2. ed. Brasília, DF: Estado-Maior, 1989.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Catálogo de Capacidades do Exército (2015-2035)**. EB20-C-07.001. Brasília, DF: Estado-Maior, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Comando e Controle**. EB20-MC-10.205. 1. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Doutrina Militar Terrestre**. EB20-MF-10.102. 2. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2019.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Estado-Maior e Ordens**. C 101-5. 2. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2003.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Fogos**. EB20-MC-10.206. 1. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Inteligência**. EB20-MF-10.107. 1. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Movimento e Manobra**. EB20-MC-10.203. 1. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **O Exército Brasileiro**. EB20-MF-10.101. 1. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Operações de Dissimulação**. EB20-MC-10.215. 1. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**. EB20-MC-10.211. 2. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2020.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Proteção**. EB20-MC-10.208. 1. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015.

BRASIL. Exército. **Instruções Gerais para as Publicações Padronizadas do Exército**. EB10-IG-01.002. 1. ed. Brasília, DF: Comando do Exército, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Operações Conjuntas**. MD30-M-01. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. MD33-M-02. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008.

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES
CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Brasília, DF, 08 de maio de 2020
www.cdoutex.eb.mil.br